



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE LAGOÃO/RS

PARTE 1

1. ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

PROBLEMA

Embora o município de Lagoão/RS venha garantindo a oferta da Educação Infantil conforme sua capacidade instalada, permanecem desafios relacionados à ampliação do atendimento em creche (0 a 3 anos), à manutenção da universalização da pré-escola (4 e 5 anos), ao fortalecimento das políticas de inclusão, à qualificação da infraestrutura escolar e ao acompanhamento permanente da demanda por vagas, especialmente considerando as características demográficas e territoriais do município.

ANÁLISE DESCRITIVA

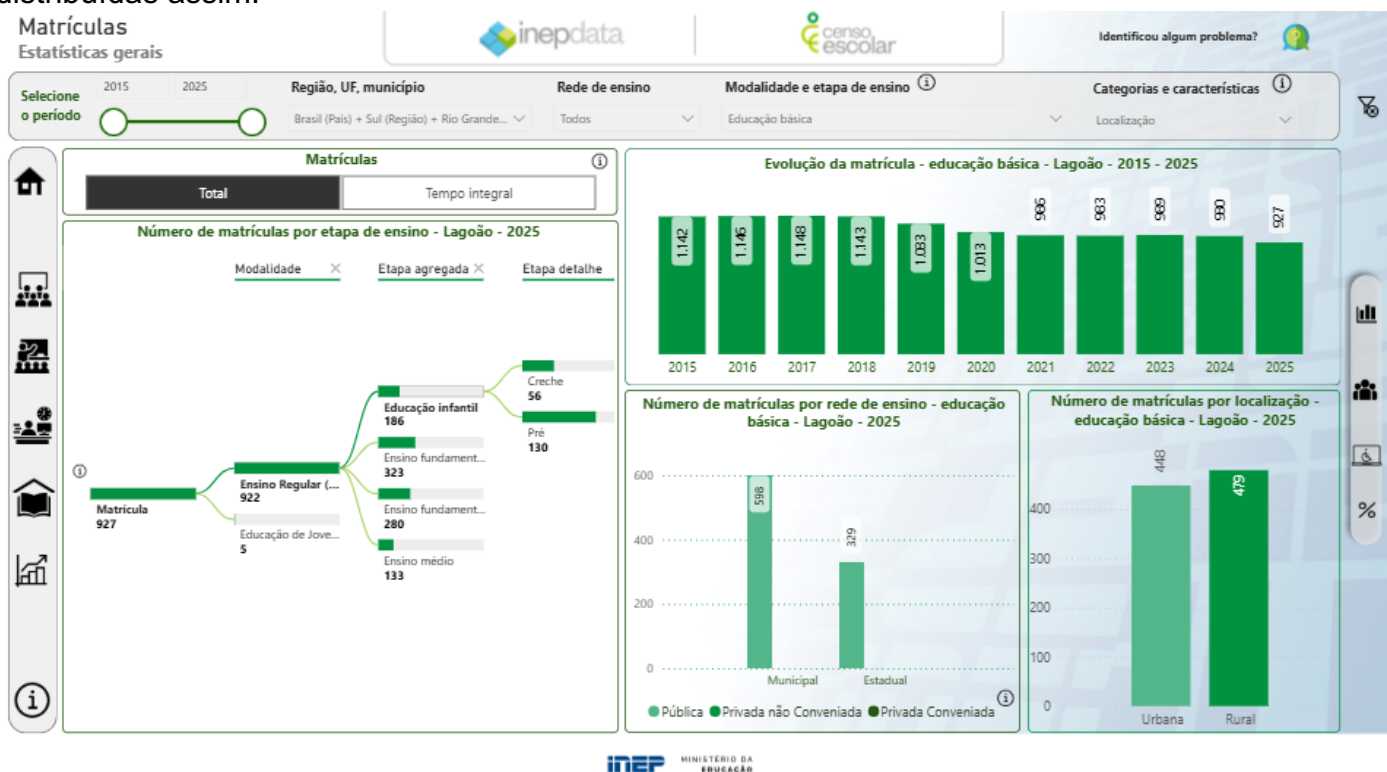
A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e representa um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e pela Base Nacional Comum Curricular.

No município de Lagoão, a Educação Infantil apresenta importância estratégica para a garantia do desenvolvimento integral das crianças, especialmente considerando as características rurais do município, a dispersão populacional e a necessidade de organização do transporte escolar para atendimento da demanda. O atendimento é realizado prioritariamente pela rede pública das matrículas da Educação Básica municipal, demonstrando o compromisso da administração pública com o atendimento da primeira infância.

Segundo dados do Censo Escolar 2025, a Educação Infantil atende um total de 186 crianças matriculadas, sendo Creche 56 e Educação Infantil (Pré-escola) 130. Os dados do Município de



Lagoão/RS com base no Censo Escolar de 2025 possui 927 matrículas na Educação Básica, sendo distribuídas assim:



Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



INDICADORES VISUAIS – EDUCAÇÃO INFANTIL

O Censo Escolar 2025 registra 186 matrículas na Educação Infantil em Lagoão: 56 em creche e 130 na pré-escola. A pré-escola concentra 69,9% das matrículas da etapa, enquanto a creche representa 30,1%.

Educação Infantil por segmento – 2025

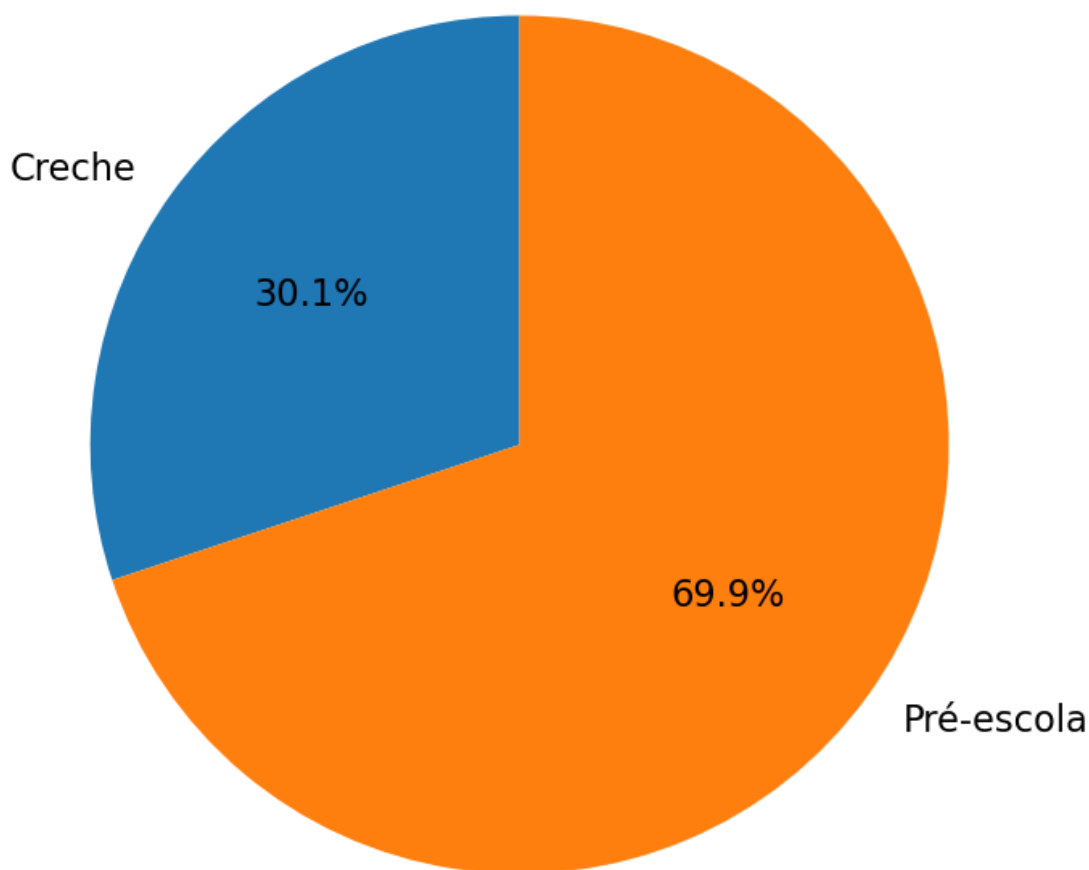


Gráfico 1 – Composição das matrículas da Educação Infantil – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025; diagnóstico municipal de Lagoão/RS.



CONTEXTO DEMOGRÁFICO

O IBGE registrou 5.341 habitantes no Censo 2022 e estimou 5.421 habitantes para 2025. A leitura demográfica deve acompanhar o planejamento das vagas, especialmente porque pequenas variações populacionais têm impacto relevante em municípios de pequeno porte.

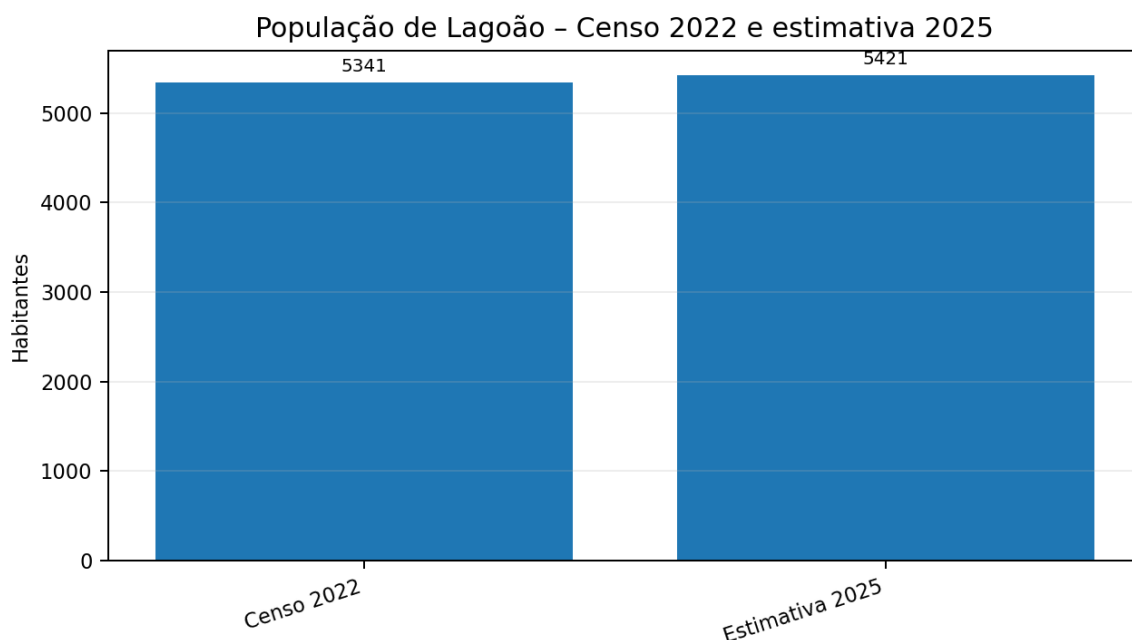
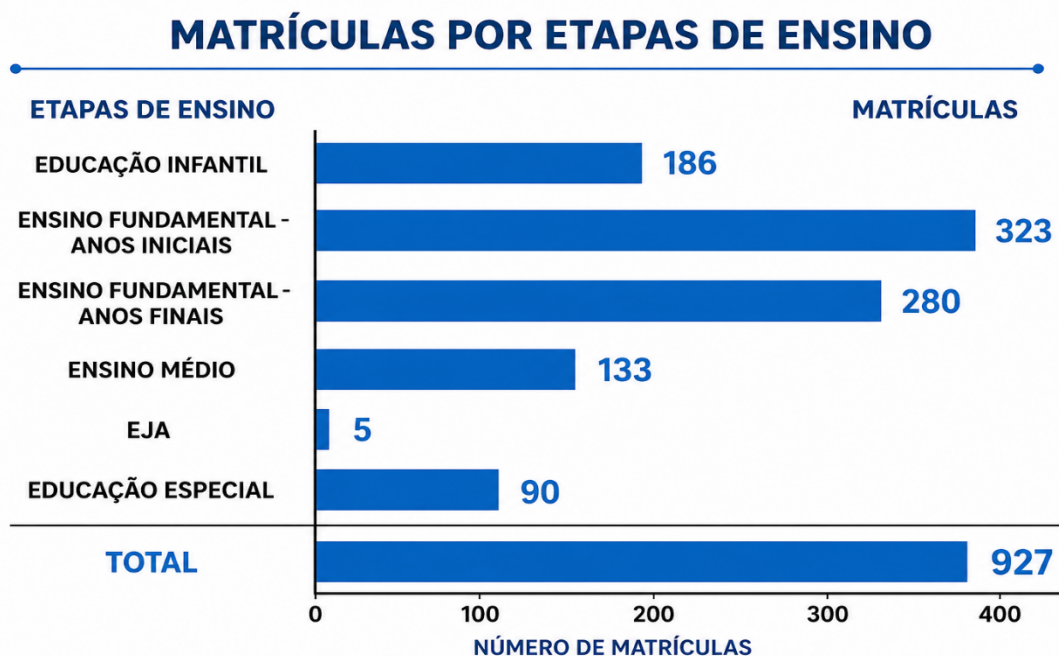


Gráfico 2 – População de Lagoão/RS – 2022 e 2025

Fonte: IBGE – Cidades e Estados, Lagoão/RS (consulta em 31 ago. 2026).



Fonte: Censo Escolar/INEPData-2025.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Além do acesso, observa-se a necessidade de monitoramento contínuo da demanda por vagas, considerando as oscilações demográficas verificadas nos últimos anos, típicas dos municípios de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul.

Outro aspecto relevante refere-se ao atendimento das crianças residentes na zona rural, cuja garantia depende diretamente da manutenção de políticas públicas de transporte escolar, alimentação escolar, infraestrutura adequada e acompanhamento pedagógico.

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Diversos estudos demonstram que os investimentos realizados na primeira infância produzem impactos positivos durante toda a trajetória escolar.

Nesta etapa desenvolvem-se competências relacionadas à:

- linguagem;
- raciocínio lógico;
- socialização;
- coordenação motora;
- autonomia;
- desenvolvimento emocional;
- convivência.

Essas competências refletem diretamente nos indicadores futuros de alfabetização, aprendizagem, permanência escolar e desempenho nas avaliações externas, como SAEB e SAERS.

PANORAMA EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO

A organização da rede municipal demonstra que a Educação Infantil constitui uma das prioridades da política educacional de Lagoão. A oferta está concentrada na rede municipal, responsável pelo atendimento das crianças em creches e pré-escolas. Considerando o perfil populacional do município, observa-se predominância de atendimento público, característica semelhante à maioria dos municípios gaúchos de pequeno porte.

Essa realidade reforça a importância dos investimentos municipais em:

- manutenção das escolas;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- formação continuada dos professores;
- alimentação escolar;
- transporte escolar;
- materiais pedagógicos;
- acessibilidade;
- educação inclusiva.

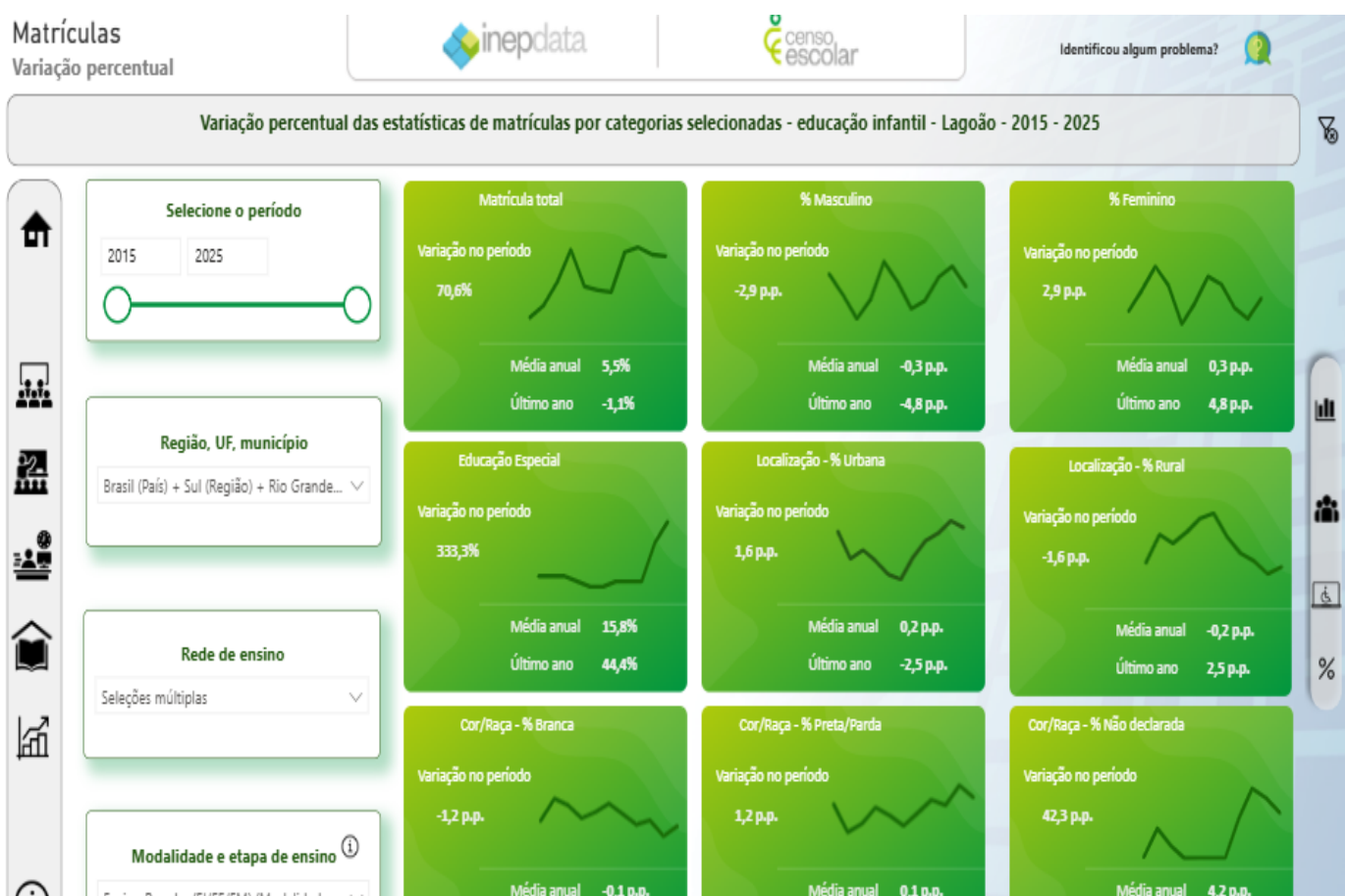
EVOLUÇÃO DA DEMANDA

A série histórica do Censo Escolar demonstra que municípios pequenos apresentam oscilações naturais no número de matrículas da Educação Infantil em função da redução da taxa de natalidade observada no Brasil durante a última década.

Em Lagoão essa tendência exige planejamento permanente para garantir:

- manutenção das vagas;
- reorganização das turmas;
- adequada distribuição dos profissionais;
- sustentabilidade financeira da rede.

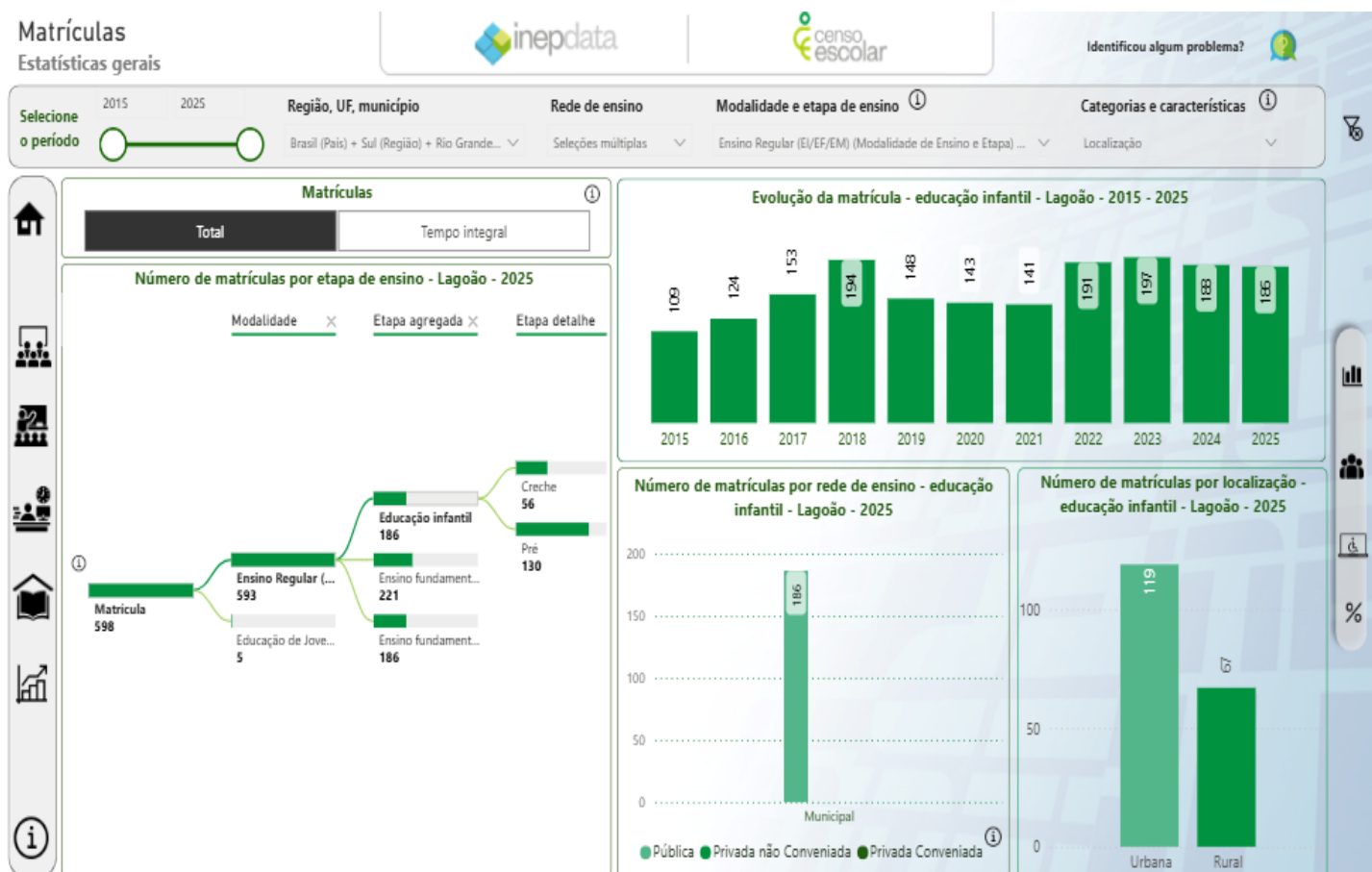
Mesmo diante dessas oscilações demográficas, observa-se manutenção da capacidade de atendimento às crianças em idade de Educação Infantil. Assim, ao longo da última década conforme o Censo Escolar a evolução de matrículas se evidencia conforme a seguinte tabela:





DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DE ATENDIMENTO

A localização das matrículas evidencia a abrangência territorial da rede municipal.



EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



O município também acompanha o crescimento das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial. Esse cenário acompanha a tendência nacional de ampliação do acesso às classes comuns do ensino regular, fortalecendo os princípios da educação inclusiva previstos na Política Nacional de Educação Especial. Em 2025, a soma dos registros de Educação Especial identificados nas fichas escolares consultadas totaliza 90, distribuídos entre as unidades da rede estadual e municipal. A presença desses estudantes exige investimentos contínuos em:

- Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- profissionais de apoio;
- salas de recursos multifuncionais;
- formação docente;
- acessibilidade arquitetônica;
- recursos pedagógicos adaptados;
- tecnologias assistivas.

EDUCAÇÃO INFANTIL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Além do aspecto pedagógico, a Educação Infantil exerce importante função social no município. O atendimento às crianças permite:

- maior participação das famílias no mercado de trabalho;
- fortalecimento da agricultura familiar;
- redução das desigualdades sociais;
- desenvolvimento infantil adequado;
- prevenção das defasagens de aprendizagem.

Em Lagoão, a Educação Infantil também representa importante política pública de permanência das famílias no campo, favorecendo o desenvolvimento local.

SÍNTESE PRELIMINAR

A análise dos indicadores evidencia que Lagoão mantém condições favoráveis para assegurar o atendimento da Educação Infantil, embora permaneçam desafios relacionados à ampliação da oferta em creches, à manutenção da qualidade do atendimento, à infraestrutura escolar, à inclusão e ao acompanhamento das transformações demográficas.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



O fortalecimento dessa etapa deverá permanecer como prioridade durante a vigência do Plano Municipal de Educação, assegurando acesso, permanência e desenvolvimento integral das crianças.

ANÁLISE CAUSAL

Entre os principais fatores que influenciam a Educação Infantil no município destacam-se:

- redução gradual da população infantil;
- dispersão geográfica das comunidades rurais;
- necessidade permanente de transporte escolar;
- crescente demanda por atendimento inclusivo;
- necessidade de manutenção da infraestrutura escolar;
- ampliação da formação continuada dos profissionais;
- fortalecimento das políticas intersetoriais entre Educação, Saúde e Assistência Social.

CAUSAS CRÍTICAS

- Oscilações demográficas que impactam diretamente a demanda por vagas.
- Necessidade permanente de investimentos em infraestrutura das escolas.
- Crescimento das demandas relacionadas à Educação Especial.
- Dependência do financiamento público para manutenção da oferta.
- Necessidade de fortalecimento das ações de acompanhamento da frequência escolar.
- Ampliação das políticas de atendimento em tempo integral conforme a demanda das famílias.
- Aperfeiçoamento contínuo do monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996 (LDB).

BRASIL. Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação).

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Plano Municipal de Educação de Lagoão/RS.

2. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

PROBLEMA

Embora o município de Lagoão/RS tenha ampliado o acesso à Educação Infantil ao longo dos últimos anos, permanecem desafios relacionados à qualidade da oferta educacional, especialmente quanto à infraestrutura das instituições, formação continuada dos profissionais, atendimento inclusivo, recursos pedagógicos, organização dos espaços educativos e garantia do desenvolvimento integral das crianças.

A expansão do atendimento deve ser acompanhada pelo fortalecimento da qualidade pedagógica, assegurando que todas as crianças tenham oportunidades equivalentes de aprendizagem, cuidado e desenvolvimento, conforme estabelecem a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação Infantil constitui a etapa mais importante para o desenvolvimento humano, pois é nesse período que ocorre intensa formação das capacidades cognitivas, emocionais, sociais, motoras e linguísticas. Pesquisas nacionais e internacionais demonstram que investimentos realizados durante a primeira infância refletem diretamente no desempenho escolar futuro, na redução da evasão escolar e no desenvolvimento social.

No município de Lagoão, a oferta da Educação Infantil é realizada prioritariamente pela rede municipal de ensino, responsável pela organização das creches e pré-escolas. Conforme os dados do Censo Escolar do INEP, a rede municipal concentra praticamente todas as matrículas dessa etapa, característica comum entre municípios de pequeno porte do Rio Grande do Sul.

A análise da qualidade da Educação Infantil deve considerar um conjunto de fatores que extrapolam o número de matrículas, envolvendo aspectos estruturais, pedagógicos, administrativos e sociais.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Entre os principais indicadores destacam-se:

- infraestrutura física das unidades escolares;
- disponibilidade de espaços adequados para brincadeiras e atividades pedagógicas;
- acessibilidade para estudantes com deficiência;
- formação inicial e continuada dos professores;
- relação entre número de estudantes e profissionais da educação;
- disponibilidade de materiais pedagógicos;
- alimentação escolar;
- transporte escolar;
- acompanhamento do desenvolvimento infantil;
- articulação entre educação, saúde e assistência social.

Em Lagoão, a garantia da qualidade também depende diretamente da logística do transporte escolar, da manutenção das estradas vicinais e da proximidade entre escola e comunidade.

INFRAESTRUTURA ESCOLAR

PAINEL DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR

Nas sete unidades municipais com ficha individual detalhada consultada, internet, banda larga e computadores aparecem em todas. Acessibilidade foi confirmada em seis; refeitório em seis; laboratório de informática em cinco; biblioteca e quadra em quatro. O quadro evidencia boa cobertura de conectividade, mas desigualdade na disponibilidade de ambientes pedagógicos e de acessibilidade.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

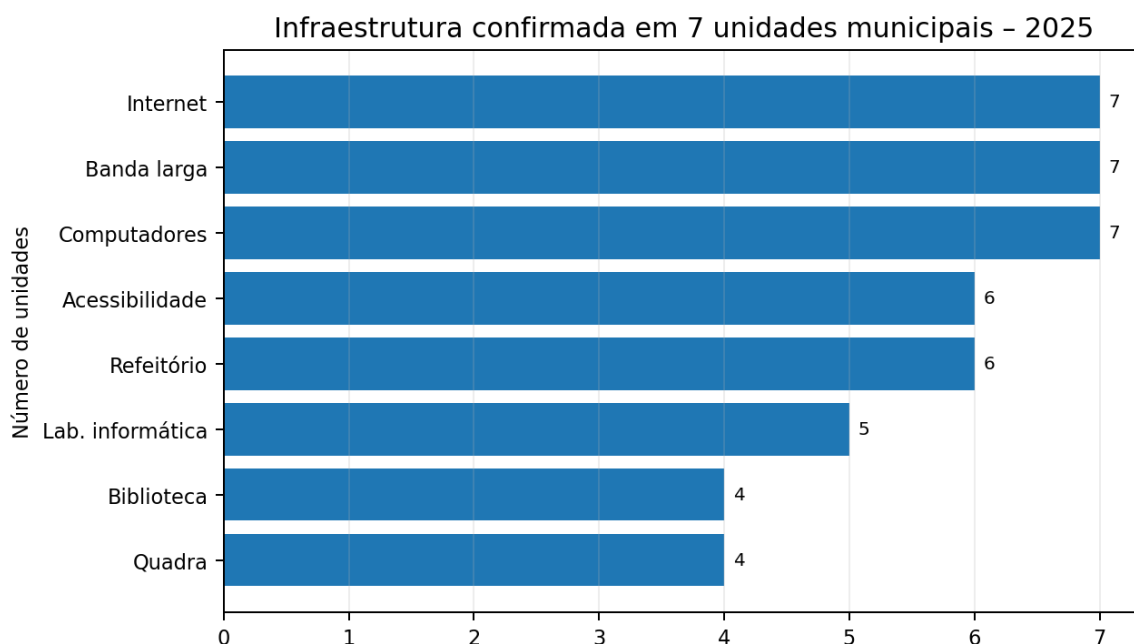


Gráfico 3 – Infraestrutura confirmada nas unidades municipais consultadas – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, fichas escolares organizadas pelo portal Escolas do Brasil.

Nota: o gráfico considera sete escolas municipais com ficha individual acessível e não utiliza o índice próprio do portal.

Os dados do Censo Escolar permitem avaliar diversos aspectos da infraestrutura das escolas de Educação Infantil, incluindo:

- abastecimento de água;
- energia elétrica;
- acesso à internet;
- laboratórios de informática;
- bibliotecas ou salas de leitura;
- parques infantis;
- quadras esportivas;
- cozinhas e refeitórios;
- sanitários adaptados;
- acessibilidade arquitetônica.

Embora muitas unidades possuam condições adequadas de funcionamento, permanece a necessidade de investimentos permanentes em manutenção predial, modernização dos espaços educativos e ampliação da acessibilidade. A melhoria contínua da infraestrutura escolar contribui diretamente para o desenvolvimento integral das crianças e para melhores condições de trabalho dos profissionais da educação.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A qualidade da Educação Infantil está diretamente relacionada à qualificação dos profissionais que atuam nas instituições de ensino.

A legislação educacional brasileira estabelece que os docentes da Educação Infantil devem possuir formação adequada para o exercício da docência, sendo desejável a ampliação da formação continuada ao longo da carreira.

Em Lagoão, a formação continuada representa importante estratégia para atualização das práticas pedagógicas, especialmente nas áreas de:

- desenvolvimento infantil;
- alfabetização na perspectiva do letramento;
- educação inclusiva;
- avaliação das aprendizagens;
- práticas lúdicas;
- psicomotricidade;
- educação digital;
- metodologias ativas.

A continuidade dessas políticas fortalece a qualidade do ensino e favorece melhores resultados ao longo da Educação Básica.

EDUCAÇÃO INFANTIL – RECURSOS HUMANOS E ALUNOS LAGOÃO/RS – CENSO ESCOLAR 2025			
ETAPA DE ENSINO	Nº DE ALUNOS	Nº DE PROFESSORES	Nº DE ATENDENTE DE CRECHE
MATERNAL	56	9	3
PRÉ A/B	130	13	0
TOTAL	186	22	3

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A BNCC estabelece seis direitos de aprendizagem para a Educação Infantil:

- Conviver;
- Brincar;
- Participar;
- Explorar;
- Expressar;
- Conhecer-se.

Esses direitos orientam toda a organização curricular das instituições de Educação Infantil e fundamentam o planejamento pedagógico das escolas municipais. Nesse contexto, torna-se fundamental garantir ambientes seguros, acolhedores, inclusivos e estimulantes, favorecendo experiências que respeitem o desenvolvimento integral das crianças.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Outro aspecto relevante refere-se ao atendimento das crianças público-alvo da Educação Especial. O crescimento das matrículas de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades exige investimentos contínuos em:

- Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- salas de recursos multifuncionais;
- profissionais de apoio escolar;
- tecnologias assistivas;
- formação docente;
- adaptação curricular;
- acessibilidade arquitetônica;
- recursos pedagógicos especializados.

A inclusão desde a Educação Infantil favorece o desenvolvimento social, cognitivo e emocional das crianças e fortalece uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade.

PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

A literatura educacional demonstra que o envolvimento das famílias constitui um dos fatores mais relevantes para o sucesso da Educação Infantil. Nesse sentido, recomenda-se o fortalecimento das ações de integração entre escola e comunidade por meio de:

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- reuniões pedagógicas;
- projetos culturais;
- acompanhamento do desenvolvimento infantil;
- ações intersetoriais com saúde e assistência social;
- programas de orientação às famílias.

A participação ativa dos responsáveis amplia o vínculo entre escola e comunidade e contribui para melhores resultados educacionais.

ANÁLISE CRÍTICA

A análise dos indicadores evidencia que Lagoão apresenta condições favoráveis para consolidar uma Educação Infantil de qualidade, considerando a predominância da oferta pública municipal e o compromisso histórico com a garantia do acesso à educação.

Entretanto, permanecem desafios relacionados à atualização da infraestrutura escolar, à ampliação da formação continuada dos profissionais, ao fortalecimento das práticas inclusivas, à modernização dos recursos pedagógicos e à consolidação de políticas permanentes de acompanhamento do desenvolvimento infantil.

Esses desafios acompanham a realidade observada em diversos municípios de pequeno porte e exigem planejamento estratégico durante toda a vigência do Plano Municipal de Educação.

CAUSAS CRÍTICAS

Os principais fatores que influenciam a qualidade da Educação Infantil em Lagoão incluem:

- necessidade permanente de manutenção da infraestrutura escolar;
- ampliação da formação continuada dos profissionais da educação;
- fortalecimento das políticas de inclusão escolar;
- modernização dos recursos pedagógicos;
- ampliação do uso de tecnologias educacionais;
- fortalecimento das ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social;
- acompanhamento sistemático do desenvolvimento infantil;
- investimentos contínuos em acessibilidade física e pedagógica.

RECOMENDAÇÕES

Para fortalecer a qualidade da Educação Infantil em Lagoão, recomenda-se:

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



1. Atualizar periodicamente a infraestrutura das instituições de Educação Infantil.
2. Ampliar os programas de formação continuada dos professores.
3. Fortalecer as políticas de inclusão e o Atendimento Educacional Especializado.
4. Expandir o acesso a materiais pedagógicos e tecnologias educacionais.
5. Intensificar o acompanhamento do desenvolvimento infantil.
6. Fortalecer a participação das famílias na vida escolar.
7. Integrar as políticas educacionais às ações das áreas da saúde e assistência social.
8. Monitorar continuamente os indicadores do Censo Escolar e do Plano Municipal de Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica**.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados – Lagoão/RS**.

3. ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

PROBLEMA

Garantir a alfabetização das crianças na idade adequada é uma das principais prioridades da política educacional do município de Lagoão/RS. Para isso, a Secretaria Municipal de Educação desenvolve ações articuladas por meio do **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)** e do **Programa Alfabetiza Tchê**, buscando assegurar o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e alfabetização matemática desde a Educação Infantil até os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essas ações são organizadas a partir de um sistema de governança, acompanhamento pedagógico, formação continuada dos professores e monitoramento permanente dos indicadores educacionais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho Anual (PTA) 2026.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



A rede municipal possui uma estrutura que contempla a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, atendendo crianças em diferentes etapas do processo de alfabetização.

Tabela 1 – Caracterização da Rede Municipal de Ensino

Indicador	Quantidade
População estimada do município	5.341 habitantes
Matrículas na Creche	53
Matrículas na Pré-escola	126
Matrículas nos Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	207
Escolas de Educação Infantil	6
Escolas de Ensino Fundamental	5

Fonte: Plano de Trabalho Anual – PTA 2026.

Esses dados demonstram a relevância das políticas públicas voltadas à alfabetização, uma vez que abrangem desde o atendimento na Educação Infantil até a consolidação das aprendizagens nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

ANÁLISE DESCRITIVA

A política municipal de alfabetização está fundamentada nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Referencial Curricular Gaúcho (RCG), do Programa Alfabetiza Tchê e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O município estruturou uma equipe responsável pela coordenação das ações de alfabetização, composta pelo Articulador Municipal do RENALFA/CNCA, Coordenadora Municipal do Programa Alfabetiza Tchê e Formadora Municipal, responsáveis pelo planejamento, acompanhamento pedagógico e monitoramento das ações desenvolvidas nas escolas.

Tabela 2 – Indicador Criança Alfabetizada

Ano	Resultado
2023	84,6%
2024	42,9%
2025	Meta: 80% (resultado ainda não informado)

Fonte: PTA 2026.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Observa-se que o Plano de Trabalho Anual apresenta os resultados de 2023 e 2024 e estabelece como meta atingir 80% de crianças alfabetizadas. O documento reforça a necessidade de intensificar as ações pedagógicas, ampliar o acompanhamento das aprendizagens e fortalecer a formação continuada dos professores para alcançar esse objetivo.

EVOLUÇÃO DO INDICADOR CRIANÇA ALFABETIZADA

O PTA 2026 informa 84,6% em 2023 e 42,9% em 2024, estabelecendo meta municipal de 80%. A forte oscilação reforça a necessidade de analisar cada edição à luz da participação dos estudantes, das condições de aplicação e das estratégias de recomposição da aprendizagem.

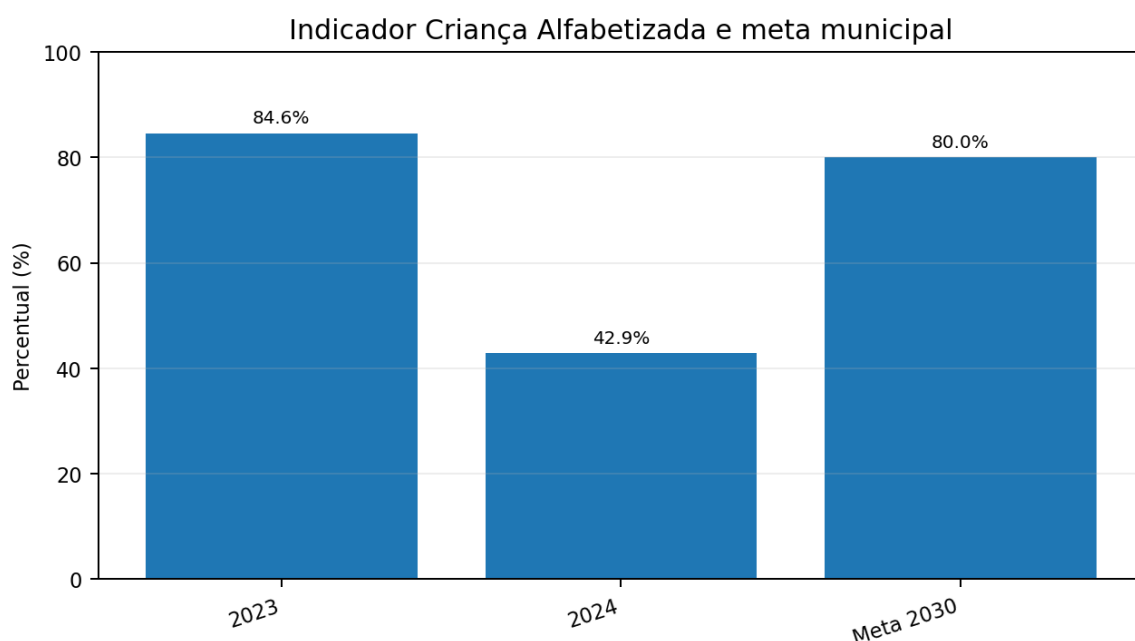


Gráfico 4 – Indicador Criança Alfabetizada e meta municipal

Fonte: Plano de Trabalho Anual – PTA 2026, Lagoão/RS.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



DISTORÇÃO IDADE-ANO

Nos Anos Iniciais, o PTA registra 3,9% em 2023, 12,3% em 2024 e 7,1% em 2025. A redução de 2024 para 2025 é positiva, embora o indicador permaneça acima do nível observado em 2023.

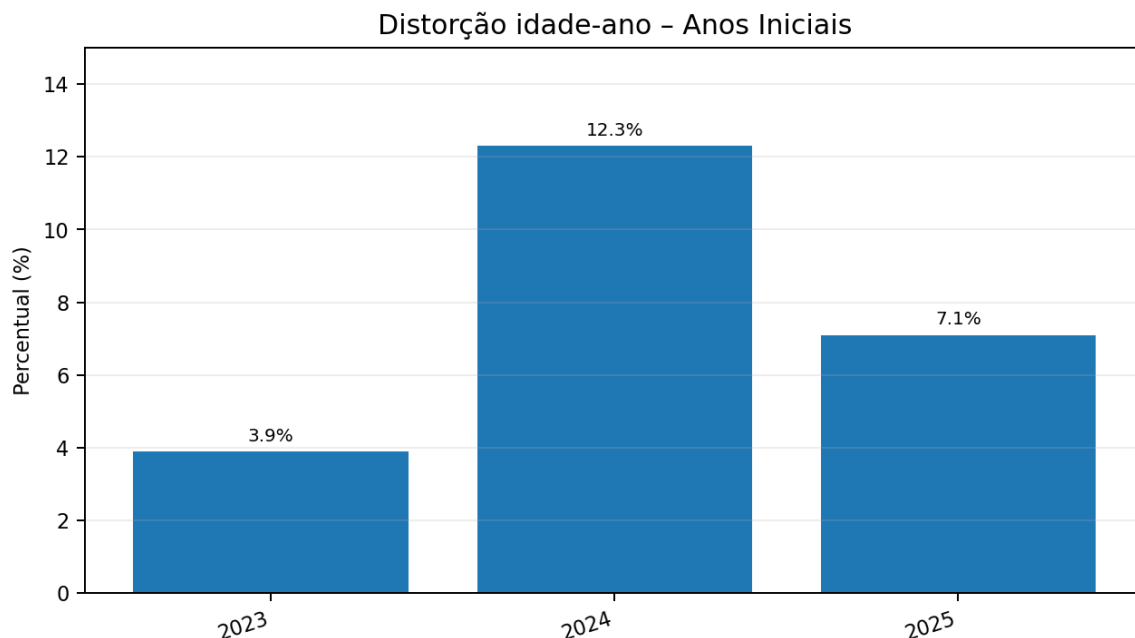


Gráfico 5 – Distorção idade-ano nos Anos Iniciais – 2023 a 2025

Fonte: Plano de Trabalho Anual – PTA 2026, Lagoão/RS.

Além do Indicador Criança Alfabetizada, o município acompanha a distorção idade-ano dos estudantes dos Anos Iniciais.

Tabela 3 – Distorção Idade-Ano – Anos Iniciais

Ano	Percentual
2023	3,9%
2024	12,3%
2025	7,1%

Fonte: PTA 2026.

Os dados evidenciam aumento da distorção entre 2023 e 2024, seguido de redução em 2025, indicando avanços no acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes e na implementação de estratégias para reduzir o atraso escolar.

O Plano de Trabalho também apresenta informações referentes ao fluxo escolar.

Tabela 4 – Fluxo Escolar

Ano	Resultado informado
-----	---------------------

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



2023	8,40%
2024	95%
2025	Não informado

Fonte: PTA 2026.

METAS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Com base no Plano de Trabalho Anual, o município estabeleceu metas para fortalecer a alfabetização e garantir a melhoria contínua dos indicadores educacionais.

Tabela 5 – Metas da Política Municipal de Alfabetização

Meta
Garantir a alfabetização das crianças até dezembro de 2026.
Alcançar 80% de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental até 2030.
Garantir que 95% dos estudantes concluam o Ensino Fundamental na idade adequada até 2035.
Monitorar continuamente os indicadores de aprendizagem.
Fortalecer a formação continuada dos professores alfabetizadores.
Incentivar projetos de leitura, escrita e alfabetização matemática nas escolas.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Para alcançar as metas estabelecidas, a Secretaria Municipal de Educação definiu um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da alfabetização.

Tabela 6 – Principais Ações Previstas

Eixo	Ações
Governança	Visitas técnicas e acompanhamento das escolas.
Formação	Formação continuada para professores alfabetizadores e gestores.
Avaliação	Monitoramento dos indicadores e avaliações diagnósticas.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Leitura	Implantação e fortalecimento dos cantinhos da leitura.
Boas práticas	Compartilhamento de experiências exitosas entre as escolas.
Gestão	Pactuação e acompanhamento das metas municipais de alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Plano de Trabalho Anual demonstra que o município de Lagoão possui uma política de alfabetização estruturada e alinhada às diretrizes nacionais e estaduais. O documento evidencia investimentos em governança, formação continuada, acompanhamento pedagógico e monitoramento dos indicadores educacionais, buscando assegurar que todas as crianças desenvolvam as competências essenciais de leitura, escrita e alfabetização matemática na idade adequada.

Os indicadores apresentados reforçam a importância da continuidade das ações planejadas, do acompanhamento sistemático das aprendizagens e da utilização dos resultados das avaliações para subsidiar o planejamento pedagógico das escolas.

PARTE 4

4. ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROBLEMA

Garantir que todos os estudantes do município de Lagoão/RS ingressem, permaneçam e concluam a Educação Básica na idade adequada constitui um dos principais desafios da política educacional municipal. Embora o acesso ao Ensino Fundamental esteja praticamente universalizado, ainda persistem desafios relacionados à permanência escolar, à redução da distorção idade-série, à prevenção do abandono, à transição entre as etapas de ensino e à conclusão do Ensino Médio, especialmente considerando as características socioeconômicas e geográficas do município.

A superação desses desafios exige políticas públicas articuladas entre educação, assistência social, saúde e transporte escolar, assegurando que todos os estudantes tenham condições de frequentar a escola com regularidade e concluir sua trajetória educacional.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



ANÁLISE DESCRITIVA

O direito à educação compreende não apenas o acesso à escola, mas também a permanência com aprendizagem e a conclusão da Educação Básica em tempo adequado. Esse princípio está assegurado pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Em Lagoão, o acesso ao Ensino Fundamental apresenta elevado nível de cobertura, em consonância com os indicadores nacionais de escolarização obrigatória. Entretanto, a análise dos dados do Censo Escolar e dos indicadores de fluxo evidencia a necessidade de monitoramento permanente da frequência escolar, da evasão, da reprovação e da distorção idade-série.

O acompanhamento desses indicadores é essencial para identificar estudantes em situação de vulnerabilidade e implementar ações preventivas que garantam sua permanência na escola.

CONTEXTO MUNICIPAL

PANORAMA DAS MATRÍCULAS POR ETAPA

As 927 matrículas do Censo Escolar 2025 distribuem-se em 186 na Educação Infantil, 603 no Ensino Fundamental, 133 no Ensino Médio e 5 na EJA. Os registros de Educação Especial são transversais e, por isso, não devem ser somados novamente ao total.

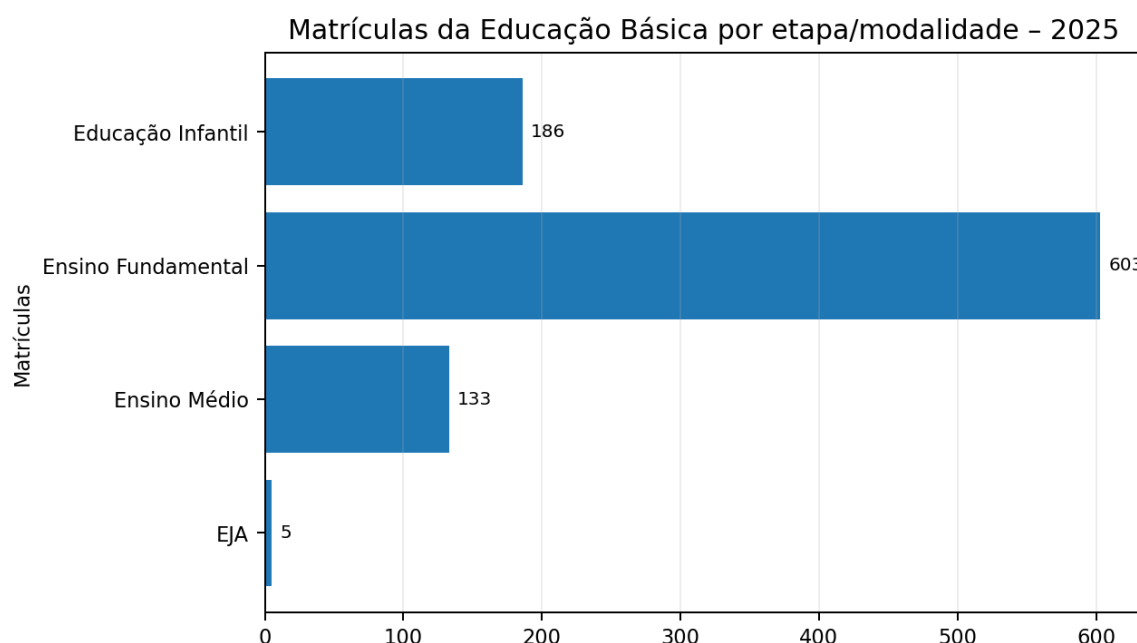


Gráfico 6 – Matrículas da Educação Básica por etapa/modalidade – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025; fichas escolares e diagnóstico municipal de Lagoão/RS.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS ENTRE AS ESCOLAS

A E.E. Tomas Garcia da Costa concentra 329 matrículas, seguida pela E.M.E.F. Otaviano Paixão Coelho, com 194. A distribuição evidencia a importância conjunta das redes municipal e estadual e a necessidade de articulação entre etapas para assegurar continuidade da trajetória escolar.

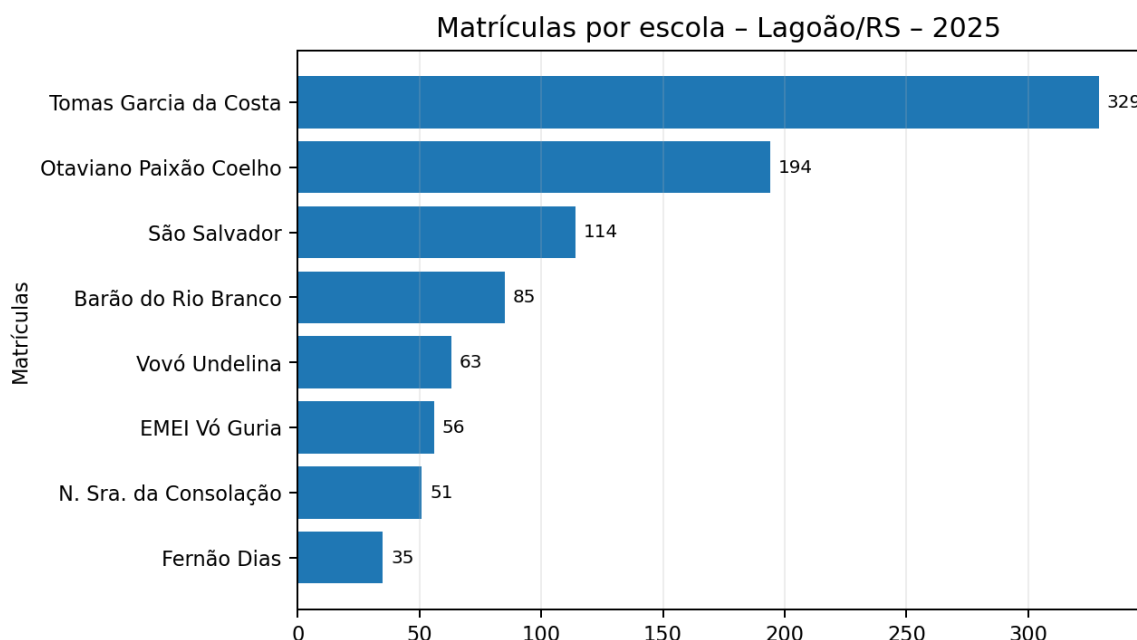


Gráfico 7 – Matrículas por escola – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, dados escolares organizados pelo portal Escolas do Brasil.

Lagoão caracteriza-se por possuir população predominantemente residente em áreas rurais, fator que influencia diretamente a organização da rede escolar e do transporte escolar.

As longas distâncias entre as comunidades e as unidades escolares tornam o transporte escolar um elemento estratégico para assegurar o direito à educação.

Além das questões geográficas, fatores econômicos e sociais também influenciam a permanência dos estudantes, especialmente na transição entre os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Nesse contexto, torna-se indispensável o fortalecimento de políticas intersetoriais voltadas ao acompanhamento das famílias, à proteção social e ao combate à evasão escolar.

TRANSIÇÃO ENTRE AS ETAPAS DE ENSINO

Um dos momentos mais sensíveis da trajetória escolar ocorre na passagem entre:

- Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Essas transições frequentemente estão associadas a mudanças metodológicas, ampliação da carga curricular, adaptação a novos professores e reorganização da rotina escolar. A ausência de acompanhamento adequado pode contribuir para dificuldades de aprendizagem, aumento da reprovação e abandono escolar. Dessa forma as redes municipal e estadual devem fortalecer mecanismos de articulação pedagógica entre as etapas de ensino.

RENDIMENTO ESCOLAR

O rendimento escolar constitui um importante indicador da qualidade da educação e compreende três componentes principais:

- taxa de aprovação;
- taxa de reprovação;
- taxa de abandono.

Esses indicadores são produzidos anualmente pelo Censo Escolar e permitem avaliar a eficiência do sistema educacional.

A manutenção de elevadas taxas de aprovação, associadas ao desenvolvimento efetivo das aprendizagens, representa condição fundamental para a melhoria da qualidade da educação.

Entretanto, índices elevados de reprovação podem contribuir para o aumento da distorção idade-série e para o abandono escolar.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série ocorre quando o estudante possui idade superior à recomendada para o ano escolar em que está matriculado.

Esse fenômeno decorre, principalmente, de:

- reprovação;
- ingresso tardio na escola;
- interrupções na trajetória escolar;
- abandono temporário.

A literatura educacional demonstra que estudantes em situação de distorção idade-série apresentam maior risco de evasão e menores níveis de desempenho nas avaliações externas.

Por esse motivo, recomenda-se o desenvolvimento de políticas específicas voltadas à correção do fluxo escolar e à recomposição das aprendizagens.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



TRANSPORTE ESCOLAR

No contexto de Lagoão, o transporte escolar representa uma das principais políticas públicas para garantia do direito à educação.

A extensa área rural do município exige planejamento contínuo das rotas escolares, manutenção da frota e monitoramento das condições das estradas, especialmente durante períodos de chuvas intensas.

A regularidade do transporte influencia diretamente:

- frequência escolar;
- permanência dos estudantes;
- redução da evasão;
- desempenho acadêmico.

Investimentos permanentes nessa área contribuem significativamente para assegurar igualdade de oportunidades educacionais entre estudantes das zonas urbana e rural.

BUSCA ATIVA ESCOLAR

A Busca Ativa Escolar constitui importante estratégia para identificação de crianças e adolescentes em risco de evasão.

Entre as principais ações destacam-se:

- monitoramento da frequência escolar;
- visitas domiciliares;
- articulação com os serviços de assistência social;
- atuação conjunta com os Conselhos Tutelares;
- acompanhamento psicossocial;
- diálogo permanente com as famílias.

Essas ações permitem intervenções precoces, reduzindo significativamente o abandono escolar.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos representa importante política pública voltada à garantia do direito à escolarização para pessoas que não concluíram seus estudos na idade apropriada.

No município de Lagoão, a oferta da EJA contribui para:

- redução do analfabetismo;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- ampliação da escolaridade da população;
- qualificação profissional;
- fortalecimento da cidadania.

O acompanhamento das matrículas, da permanência e da conclusão nessa modalidade deverá integrar o monitoramento permanente do Plano Municipal de Educação.

ANÁLISE CRÍTICA

Os indicadores de acesso à educação demonstram que Lagoão possui condições favoráveis para assegurar a universalização da escolarização obrigatória.

Entretanto, a permanência e a conclusão da Educação Básica dependem da consolidação de políticas públicas voltadas à prevenção da evasão escolar, à melhoria da aprendizagem, à redução da reprovação, ao fortalecimento do transporte escolar e à ampliação das ações de acompanhamento individualizado dos estudantes.

A utilização sistemática dos dados produzidos pelo Censo Escolar permitirá maior precisão no planejamento educacional e na definição das prioridades da política pública municipal.

CAUSAS CRÍTICAS

Os principais fatores associados às dificuldades de permanência e conclusão da Educação Básica em Lagoão incluem:

- grandes distâncias percorridas pelos estudantes da zona rural;
- necessidade permanente de investimentos no transporte escolar;
- dificuldades socioeconômicas de parte das famílias;
- impactos das defasagens de aprendizagem acumuladas;
- distorção idade-série;
- necessidade de fortalecimento das políticas de busca ativa;
- transições entre etapas de ensino;
- necessidade de maior integração entre escola, família e rede de proteção social.

RECOMENDAÇÕES

Para fortalecer o acesso, a permanência e a conclusão da Educação Básica em Lagoão recomenda-se:

1. Monitorar continuamente os indicadores de fluxo escolar.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



2. Intensificar as ações de Busca Ativa Escolar.
3. Fortalecer o transporte escolar, especialmente nas comunidades rurais.
4. Desenvolver programas de correção da distorção idade-série.
5. Intensificar ações de recomposição das aprendizagens.
6. Fortalecer a articulação entre as redes municipal e estadual durante as transições escolares.
7. Consolidar políticas intersetoriais envolvendo educação, saúde, assistência social e Conselho Tutelar.
8. Acompanhar sistematicamente estudantes em situação de vulnerabilidade social.
9. Utilizar os dados do Censo Escolar como instrumento permanente de planejamento.

SÍNTESE DOS INDICADORES OFICIAIS E COMPLEMENTARES INCORPORADOS

Na versão consolidada do diagnóstico, este capítulo deverá conter tabelas e gráficos elaborados com dados oficiais referentes a:

- Taxa de escolarização da população de 4 a 17 anos;
- Matrículas por etapa de ensino;
- Taxas de aprovação, reprovação e abandono;
- Distorção idade-série;
- Fluxo escolar;
- Número de escolas por dependência administrativa;
- Número de estudantes atendidos pelo transporte escolar;
- Comparativos entre Lagoão, Rio Grande do Sul e Brasil;
- Evolução histórica dos indicadores do Censo Escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica.**
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados – Lagoão/RS.**
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Busca Ativa Escolar.**

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- Plano Municipal de Educação de Lagoão/RS.

5. APRENDIZAGEM E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB, SAERS E IDEB)

PROBLEMA

Elevar a qualidade da aprendizagem dos estudantes da Educação Básica constitui um dos principais desafios da política educacional do município de Lagoão/RS. Embora os indicadores educacionais demonstrem avanços em diferentes períodos, persistem desafios relacionados ao desenvolvimento das competências essenciais em Língua Portuguesa e Matemática, à redução das desigualdades de aprendizagem entre escolas, à recomposição das aprendizagens pós-pandemia e à melhoria dos indicadores de desempenho nas avaliações externas.

A consolidação de uma educação de qualidade exige que o acesso e a permanência escolar sejam acompanhados por aprendizagens efetivas, capazes de garantir aos estudantes o desenvolvimento das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

ANÁLISE DESCRITIVA

A qualidade da educação brasileira é monitorada por diferentes sistemas de avaliação em larga escala, que fornecem subsídios para o planejamento das políticas públicas educacionais.

No contexto de Lagoão, destacam-se como principais instrumentos de avaliação:

- Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB);
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS);
- Indicadores de fluxo escolar produzidos pelo Censo Escolar.

Essas avaliações permitem acompanhar o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, bem como identificar fatores que influenciam a aprendizagem ao longo da Educação Básica.

Os resultados dessas avaliações devem ser analisados de forma integrada aos indicadores de aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série, possibilitando uma compreensão mais ampla da realidade educacional municipal.

O SAEB

DADOS CONCRETOS – SAEB E IDEB 2023

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



O INEP mantém o Painel Saeb e as planilhas oficiais de resultados estaduais e municipais de 2023. Para Lagoão, a leitura abaixo reúne os resultados de escolas com divulgação disponível, combinando IDEB, taxa de aprovação utilizada no cálculo do índice e proficiências do SAEB em Língua Portuguesa e Matemática.

Escola	Etapa	IDEB	Aprovação	SAEB LP	SAEB Mat.
Tomas Garcia da Costa	Anos iniciais	7,3	98,3%	243	262
Tomas Garcia da Costa	Anos finais	5,8	92,1%	270	309
Tomas Garcia da Costa	Ensino médio	4,2	82,1%	277	291
São Salvador	Anos iniciais	4,7	94,1%	175	199
São Salvador	Anos finais	4,3	83,6%	264	244
Otaviano Paixão Coelho	Anos iniciais	4,6	83,5%	187	211
Otaviano Paixão Coelho	Anos finais	3,4	80,3%	222	232

Fonte: INEP – SAEB/IDEB 2023. Valores escolares recuperados em fichas que organizam os microdados e indicadores públicos do INEP; consulta realizada em 31 ago. 2026.

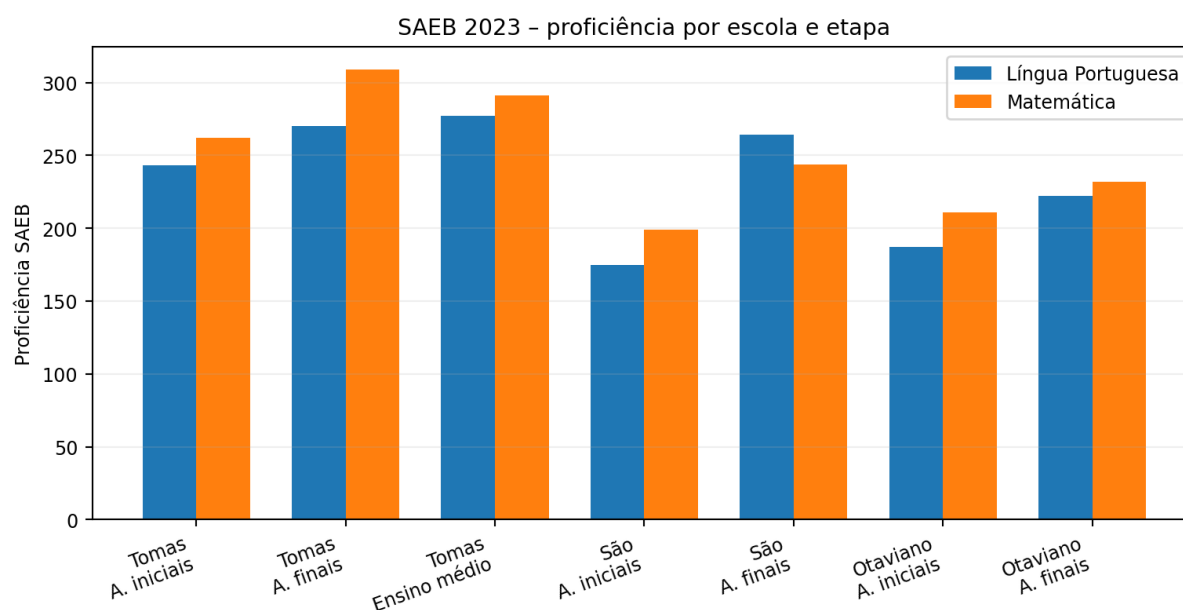


Gráfico 16 – Proficiências do SAEB 2023 por escola e etapa

Fonte: INEP – SAEB/IDEB 2023; elaboração própria.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) constitui a principal avaliação nacional da aprendizagem, coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Seu objetivo é produzir indicadores sobre a qualidade da educação brasileira, avaliando competências relacionadas principalmente à:

- leitura;
- interpretação de textos;
- resolução de problemas;
- raciocínio matemático;
- aplicação de conhecimentos científicos.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Os resultados do SAEB subsidiam o cálculo do IDEB e orientam políticas públicas voltadas à melhoria da aprendizagem.

O IDEB

COMPARAÇÃO TERRITORIAL DO IDEB 2023

Etapa	Lagoão	Rio Grande do Sul	Brasil
Anos iniciais	5,5	5,9	5,7
Anos finais	4,5	5,0	4,7
Ensino médio	4,2	4,3	4,3

Nos Anos Iniciais, Lagoão registra IDEB 5,5, abaixo do Rio Grande do Sul (5,9) e do Brasil (5,7). Nos Anos Finais, o município apresenta 4,5, frente a 5,0 no Estado e 4,7 no Brasil. No Ensino Médio, o valor municipal é 4,2, muito próximo de RS e Brasil (4,3). Os dados mostram que o maior desafio agregado está nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

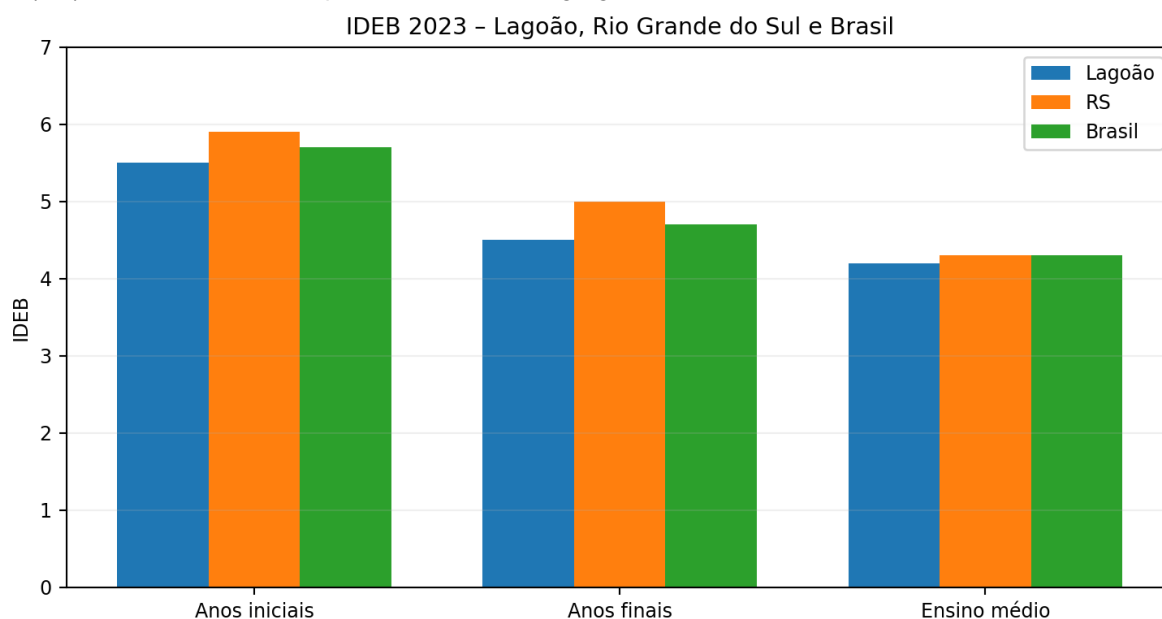


Gráfico 17 – IDEB 2023: Lagoão, Rio Grande do Sul e Brasil

Fonte: INEP – IDEB 2023; elaboração própria.

RESULTADOS DO IDEB 2023

Entre as escolas do município com resultados publicados, a E.E. Tomas Garcia da Costa obteve 7,3 nos Anos Iniciais e 5,8 nos Anos Finais; São Salvador, 4,7 e 4,3; e Otaviano Paixão Coelho, 4,6 e 3,4. A comparação mostra diferenças importantes entre unidades e reforça a necessidade de intervenções pedagógicas focalizadas.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

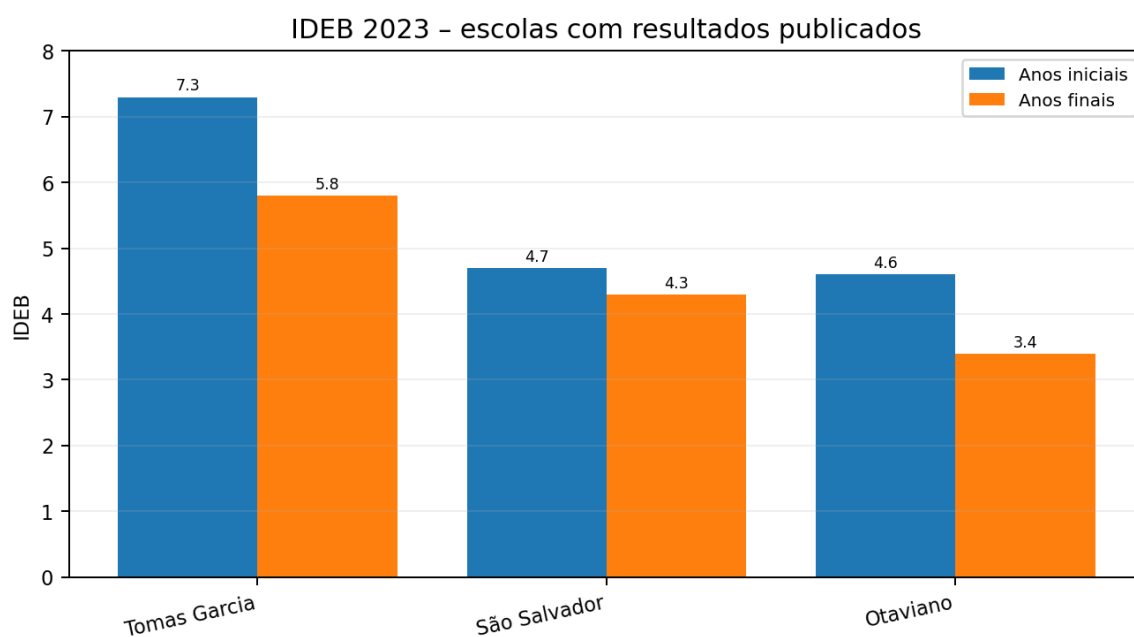


Gráfico 8 – IDEB 2023 por escola e etapa

Fonte: INEP – IDEB 2023; valores consultados em fichas escolares baseadas nos dados oficiais.



FLUXO ESCOLAR – EXEMPLO DA REDE ESTADUAL

Na E.E. Tomas Garcia da Costa, os indicadores de 2024 mostram aprovação de 99,0% nos Anos Iniciais, 90,2% nos Anos Finais e 90,8% no Ensino Médio. O abandono é nulo no Fundamental e de 0,7% no Ensino Médio, enquanto a reprovação cresce nas etapas posteriores.

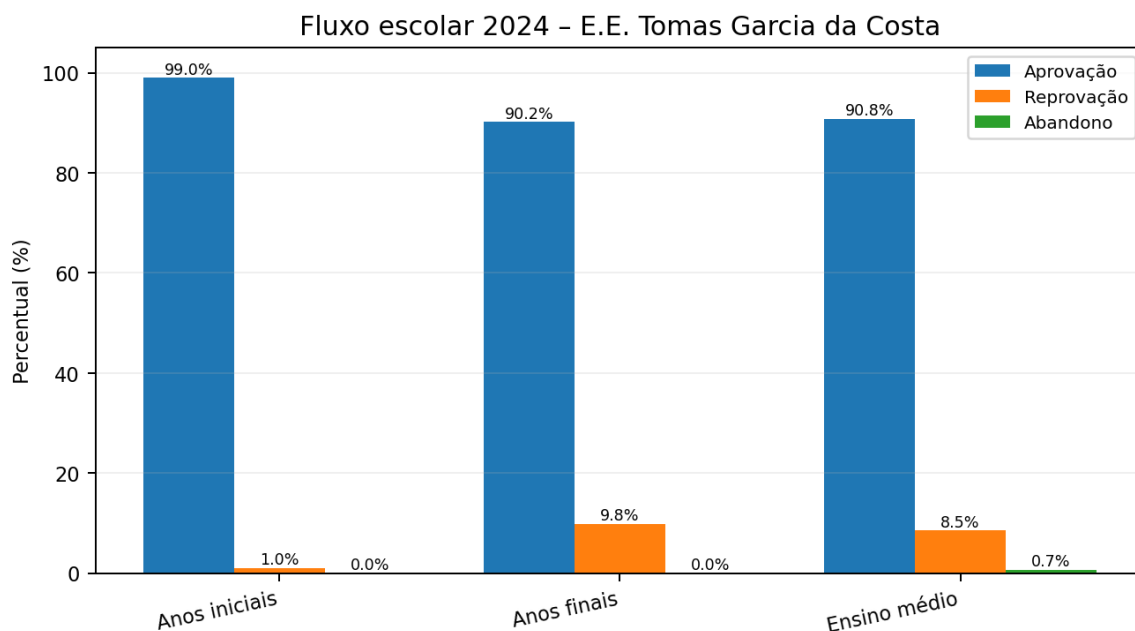


Gráfico 9 – Aprovação, reprovação e abandono – E.E. Tomas Garcia da Costa – 2024

Fonte: Indicadores Educacionais/INEP 2024, ficha escolar consultada no portal Escolas do Brasil.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) combina dois componentes fundamentais:

- desempenho dos estudantes nas avaliações do SAEB;
- indicadores de fluxo escolar obtidos pelo Censo Escolar.

Esse índice permite acompanhar a evolução da qualidade da educação em âmbito nacional, estadual, municipal e escolar.

Para Lagoão, o monitoramento contínuo do IDEB representa importante ferramenta de gestão educacional, permitindo avaliar a efetividade das políticas pedagógicas implementadas ao longo dos anos.

O SAERS

DADOS DO SAERS E PORTAL VUNESP

O portal público da Fundação Vunesp disponibiliza os resultados do SAERS 2024 por ano, série, componente curricular, rede e município. Na consulta pública atual, os resultados de 2025 são indicados como preliminares e exigem login. Para preservar a verificabilidade, não foram atribuídos ao município valores de 2025 que não estejam abertos ao público.

Edição	Etapa	Componente	Previstos/aplicação registrada
SAERS 2023 (planilha preliminar arquivada)	2º ano EF	Língua Portuguesa	37

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



SAERS 2023 (planilha preliminar arquivada)	5º ano EF	Língua Portuguesa	50
SAERS 2023 (planilha preliminar arquivada)	9º ano EF	Língua Portuguesa	45

Na mesma planilha preliminar de 2023, a linha do 9º ano de Lagoão registra 24% no padrão abaixo do básico e 53% no padrão básico em Língua Portuguesa. Como se trata de reprodução pública de planilha preliminar, esses percentuais são apresentados como evidência complementar e não substituem o resultado final publicado pela Vunesp.

Fonte principal: Fundação Vunesp – Portal SAERS, Resultados 2024. Fonte complementar: planilha preliminar SAERS 2023 reproduzida publicamente; consulta em 31 ago. 2026.

O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS) complementa os indicadores nacionais ao avaliar o desempenho dos estudantes da rede pública estadual e de municípios participantes.

Os resultados permitem identificar:

- níveis de proficiência;
- habilidades consolidadas;
- competências ainda não desenvolvidas;
- desigualdades entre escolas;
- necessidades de formação docente.

A utilização pedagógica desses resultados favorece a elaboração de planos de ação direcionados às necessidades específicas das unidades escolares.

APRENDIZAGEM EM LÍNGUA PORTUGUESA

As avaliações externas analisam competências relacionadas à:

- compreensão leitora;
- localização de informações;
- interpretação de textos;
- inferência;
- análise linguística;
- produção de sentido.

O fortalecimento dessas habilidades constitui elemento essencial para o desenvolvimento das demais áreas do conhecimento.

Programas de incentivo à leitura, ampliação dos acervos das bibliotecas escolares e formação continuada dos professores contribuem significativamente para a melhoria desses indicadores.

APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA

Em Matemática, as avaliações priorizam competências relacionadas à:

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- resolução de problemas;
- números e operações;
- álgebra;
- geometria;
- grandezas e medidas;
- probabilidade e estatística.

O desenvolvimento dessas competências depende da adoção de metodologias que favoreçam a resolução de problemas, a investigação matemática e a contextualização dos conteúdos.

A utilização de recursos tecnológicos, materiais manipuláveis e práticas investigativas pode ampliar significativamente o desempenho dos estudantes.

RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Os impactos provocados pela pandemia da COVID-19 produziram importantes defasagens nas aprendizagens em todo o país.

Nesse contexto, torna-se necessário manter políticas permanentes de recomposição das aprendizagens, envolvendo:

- avaliações diagnósticas;
- recuperação paralela;
- reforço escolar;
- acompanhamento individualizado;
- reorganização curricular;
- monitoramento contínuo das habilidades essenciais.

Essas ações contribuem para reduzir desigualdades educacionais e elevar os indicadores de aprendizagem.

UTILIZAÇÃO PEDAGÓGICA DOS RESULTADOS

QUADRO DE FLUXO ESCOLAR 2024

Escola	Etapa	Aprovação	Reprovação	Abandono	Distorção
Tomas Garcia da Costa	Anos iniciais	99,0%	1,0%	0,0%	6,7%
Tomas Garcia da Costa	Anos finais	90,2%	9,8%	0,0%	10,9%
Tomas Garcia da Costa	Ensino médio	90,8%	8,5%	0,7%	10,5%
São Salvador	Anos iniciais	98,1%	1,9%	0,0%	3,8%
São Salvador	Anos finais	90,6%	7,5%	1,9%	24,1%
Otaviano Paixão Coelho	Anos iniciais	96,3%	3,7%	0,0%	29,7%
Otaviano Paixão Coelho	Anos finais	86,7%	13,3%	0,0%	15,8%
Barão do Rio Branco	Anos iniciais	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Barão do Rio Branco	Anos finais	100,0%	0,0%	0,0%	9,4%
Nossa Senhora da Consolação	Anos iniciais	100,0%	0,0%	0,0%	8,0%

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Nossa Senhora da Consolação	Anos finais	90,0%	10,0%	0,0%	0,0%
Fernão Dias	Anos iniciais	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%

A aprovação é elevada em várias unidades, mas há pontos de atenção: Otaviano apresenta distorção idade-série de 29,7% nos Anos Iniciais; São Salvador registra 24,1% nos Anos Finais e abandono de 1,9%; na Tomas Garcia, a reprovação chega a 9,8% nos Anos Finais e o Ensino Médio registra abandono de 0,7%.

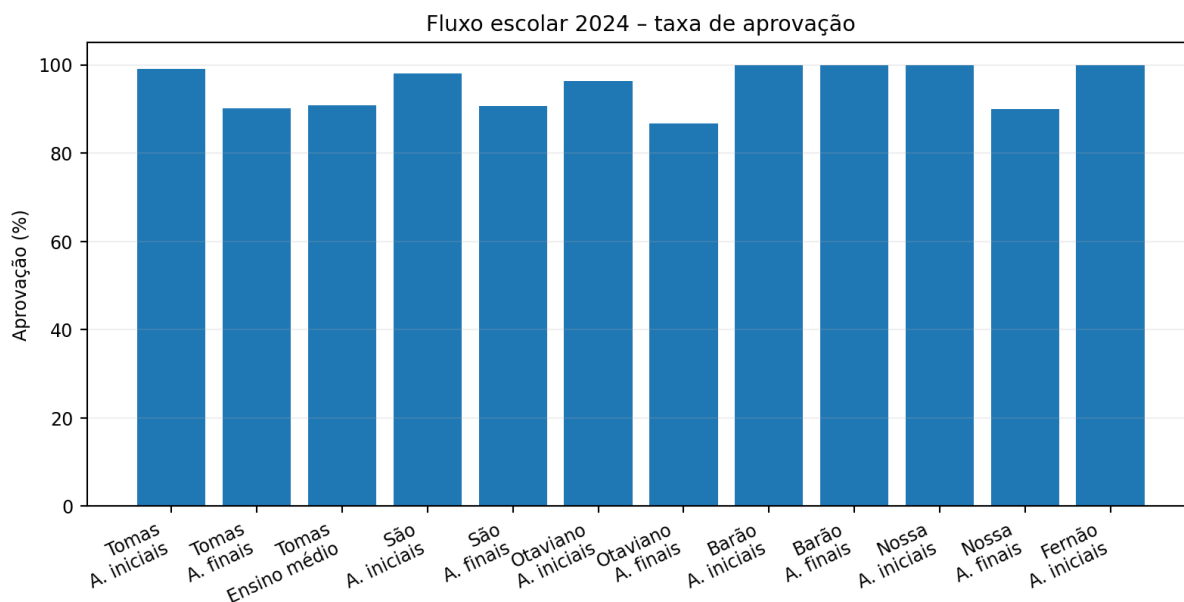


Gráfico 18 – Taxa de aprovação por escola e etapa – 2024

Fonte: Indicadores Educacionais/INEP 2024; elaboração própria.

Os resultados do SAEB, SAERS e IDEB não devem ser utilizados apenas como indicadores estatísticos.

Sua principal finalidade consiste em subsidiar o planejamento pedagógico das escolas, permitindo:

- identificação das habilidades com maior índice de dificuldade;
- elaboração de planos de intervenção;
- definição de metas institucionais;
- acompanhamento da evolução das aprendizagens;
- fortalecimento da gestão escolar baseada em evidências.

A cultura do monitoramento permanente favorece a melhoria contínua da qualidade da educação.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

Os resultados das avaliações externas evidenciam a importância da formação continuada como estratégia para aprimorar as práticas pedagógicas.

Recomenda-se fortalecer programas de formação voltados para:

- avaliação educacional;
- metodologias ativas;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- resolução de problemas;
- alfabetização matemática;
- leitura e produção textual;
- educação inclusiva;
- tecnologias digitais;
- planejamento por habilidades.

A valorização dos profissionais da educação constitui fator determinante para a melhoria da aprendizagem.

ANÁLISE CRÍTICA

A melhoria dos indicadores de aprendizagem depende da articulação entre diversos fatores pedagógicos e administrativos.

No município de Lagoão, torna-se fundamental consolidar uma política permanente de acompanhamento das avaliações externas, utilizando os resultados como instrumento de planejamento e tomada de decisões.

A integração entre gestão escolar, professores, famílias e Secretaria Municipal de Educação representa condição essencial para elevar os níveis de aprendizagem e assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes.

CAUSAS CRÍTICAS

Entre os principais fatores que influenciam os resultados das avaliações externas destacam-se:

- defasagens de aprendizagem acumuladas;
- diferenças socioeconômicas entre os estudantes;
- necessidade de fortalecimento da formação continuada;
- ampliação do uso de avaliações diagnósticas;
- necessidade de maior utilização pedagógica dos resultados do SAEB e SAERS;
- dificuldades relacionadas à permanência escolar;
- fortalecimento das práticas de recomposição das aprendizagens;
- necessidade de ampliação dos recursos pedagógicos e tecnológicos.

RECOMENDAÇÕES

Para elevar os indicadores de aprendizagem recomenda-se:

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



1. Monitorar sistematicamente os resultados do SAEB, SAERS e IDEB.
2. Elaborar planos pedagógicos baseados em evidências.
3. Intensificar as ações de recomposição das aprendizagens.
4. Fortalecer a formação continuada dos professores.
5. Ampliar o uso de avaliações diagnósticas ao longo do ano letivo.
6. Desenvolver programas de incentivo à leitura e à resolução de problemas matemáticos.
7. Intensificar o acompanhamento individualizado dos estudantes.
8. Utilizar os indicadores educacionais como ferramenta permanente de gestão.

SÍNTESE DOS INDICADORES OFICIAIS INCORPORADOS

Nesta versão foram incorporados os dados concretos localizados nas bases do INEP/SAEB/IDEB e nas consultas do SAERS. Para o monitoramento contínuo, recomenda-se manter atualizados os seguintes indicadores:

- Evolução do IDEB de Lagoão (Anos Iniciais e Anos Finais).
- Resultados do SAEB em Língua Portuguesa.
- Resultados do SAEB em Matemática.
- Resultados do SAERS (quando disponíveis para o município).
- Comparação entre Lagoão, Rio Grande do Sul e Brasil.
- Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência.
- Evolução histórica dos indicadores de aprendizagem.
- Relação entre fluxo escolar e desempenho.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
- Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS).

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica.

6. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

PROBLEMA

A ampliação da Educação em Tempo Integral constitui uma das principais estratégias para elevar a qualidade da Educação Básica, reduzir desigualdades educacionais e promover o desenvolvimento integral dos estudantes. No município de Lagoão/RS, o desafio consiste em expandir gradativamente a oferta de matrículas em tempo integral, garantindo infraestrutura adequada, recursos humanos qualificados, organização curricular integrada e financiamento suficiente para atender às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), pelo Plano Estadual de Educação e pelo Plano Municipal de Educação (PME).

Embora a ampliação da jornada escolar represente importante política pública, sua implementação exige planejamento contínuo para assegurar qualidade pedagógica e sustentabilidade administrativa.

ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação em Tempo Integral ultrapassa a simples ampliação da carga horária diária dos estudantes. Trata-se de uma concepção pedagógica que busca promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, contemplando aspectos cognitivos, sociais, culturais, físicos, emocionais e éticos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhecem a Educação Integral como estratégia para reduzir desigualdades educacionais e ampliar oportunidades de aprendizagem.

Em Lagoão, a implementação dessa política deve considerar as características demográficas, territoriais e socioeconômicas do município, marcado por extensa área rural e significativa dependência do transporte escolar.

Nesse contexto, torna-se necessário organizar uma expansão planejada da oferta, considerando as necessidades da comunidade escolar e a capacidade operacional da rede municipal.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Educação em Tempo Integral encontra respaldo em diversos documentos legais:

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação);
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Plano Municipal de Educação de Lagoão.

A Meta 6 do Plano Nacional de Educação estabelece a ampliação da oferta de educação em tempo integral em escolas públicas, priorizando contextos de maior vulnerabilidade social.

O município deve alinhar suas ações às metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação, respeitando as especificidades locais.

BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Diversos estudos demonstram que estudantes atendidos em jornada ampliada apresentam melhores condições para o desenvolvimento de competências acadêmicas e socioemocionais.

Entre os principais benefícios destacam-se:

- melhoria do desempenho escolar;
- fortalecimento da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;
- ampliação das oportunidades culturais;
- desenvolvimento de atividades esportivas;
- fortalecimento das competências socioemocionais;
- redução da evasão escolar;
- melhoria da convivência escolar;
- fortalecimento da cidadania.

Além disso, a ampliação da permanência na escola contribui para reduzir situações de vulnerabilidade social e ampliar o acesso dos estudantes a diferentes experiências educativas.

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

A Educação Integral pressupõe uma reorganização curricular que integre os componentes da Base Nacional Comum Curricular com atividades complementares voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Entre as possibilidades de ampliação curricular destacam-se:

- reforço pedagógico;
- leitura e produção textual;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- resolução de problemas matemáticos;
- iniciação científica;
- educação ambiental;
- cultura digital;
- robótica educacional;
- música;
- artes;
- esporte e lazer;
- educação financeira;
- empreendedorismo;
- projetos interdisciplinares.

Essas atividades devem estar articuladas ao Projeto Político-Pedagógico das escolas e às necessidades da comunidade escolar.

INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

A expansão da Educação em Tempo Integral exige investimentos permanentes em infraestrutura escolar.

Entre os principais aspectos destacam-se:

- ampliação das salas de aula;
- espaços para atividades esportivas;
- bibliotecas e salas de leitura;
- laboratórios de informática;
- refeitórios;
- cozinhas adequadas;
- áreas de convivência;
- acessibilidade;
- conectividade;
- mobiliário escolar.

A melhoria da infraestrutura favorece o desenvolvimento das atividades pedagógicas e amplia as possibilidades de aprendizagem.

RECURSOS HUMANOS

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



A consolidação da Educação Integral depende diretamente da valorização e qualificação dos profissionais da educação.

Recomenda-se o fortalecimento de políticas voltadas para:

- formação continuada;
- planejamento coletivo;
- integração entre professores;
- acompanhamento pedagógico;
- valorização profissional;
- equipes multiprofissionais quando necessário.

A atuação articulada entre gestores, professores e demais profissionais fortalece a implementação dessa política pública.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

No contexto de Lagoão, a Educação em Tempo Integral pode contribuir para fortalecer o desenvolvimento local por meio da integração entre escola e comunidade.

Projetos voltados à agricultura familiar, educação ambiental, cultura regional, empreendedorismo, cooperativismo e valorização das tradições locais ampliam o significado social da escola e favorecem aprendizagens contextualizadas.

Essa perspectiva aproxima a educação das características econômicas, culturais e sociais do município.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

TABELA – OFERTA CONCRETA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (2025)

Unidade	Matrículas da escola	Tempo integral	% da escola
EMEI Vó Guria	56	33	58,9%
EMEF Barão do Rio Branco	85	9	10,6%
EI Vovó Undelina	63	4	6,3%
EMEF Otaviano Paixão Coelho	194	1	0,5%
Total das quatro unidades	398	47	11,8%

Nas quatro unidades com registro explícito, são 47 matrículas em tempo integral, Em relação ao total municipal de 927 matrículas, essas ocorrências correspondem a aproximadamente 5.1% do conjunto de matrículas, ressaltando que o cálculo considera apenas registros explicitamente identificados nas fichas consultadas.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

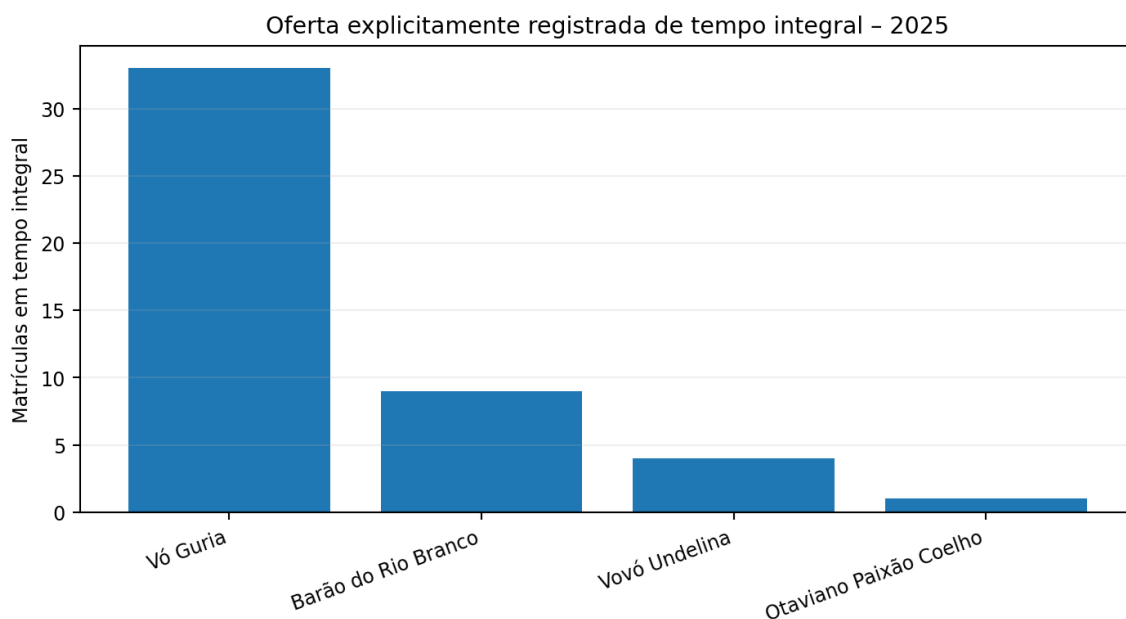


Gráfico 19 – Matrículas com registro explícito de tempo integral – 2025
Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, fichas escolares consultadas; elaboração própria.

MARCO LEGAL LOCAL DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Instrumento	Data/ano	Conteúdo relacionado
Lei Municipal nº 1.439/2015	2015	Plano Municipal de Educação e metas de educação em tempo integral.
Lei Municipal nº 1.530/2021	27/04/2021	Institui/atualiza o Sistema Municipal de Ensino.
Decreto Municipal nº 2.244/2024	02/05/2024	Define diretrizes para implementação da Educação em Tempo Integral.
Parecer CME/Lagoão nº 01/2024	28/06/2024	Aprova a Política Municipal de Educação em Tempo Integral.
Resolução CME/Lagoão nº 14/2024	2024	Integra o conjunto normativo local citado pelo Parecer CME nº 01/2024.

Fonte: Conselho Municipal de Educação/Prefeitura de Lagoão e Diário Oficial dos Municípios do RS, Parecer CME/Lagoão nº 01/2024.



OFERTA IDENTIFICADA DE TEMPO INTEGRAL

Nas fichas escolares com registro explícito de jornada ampliada, foram identificadas 33 matrículas em tempo integral na EMEI Vó Guria.

A expansão da Educação Integral deve ser acompanhada por indicadores que permitam avaliar sua efetividade.

Entre os principais indicadores destacam-se:

- número de matrículas em tempo integral;
- percentual de estudantes atendidos;
- número de escolas participantes;
- infraestrutura disponível;
- rendimento escolar;
- frequência dos estudantes;
- indicadores de aprendizagem;
- satisfação da comunidade escolar.

O acompanhamento sistemático desses indicadores subsidia o planejamento das políticas educacionais.

ANÁLISE CRÍTICA

A Educação em Tempo Integral representa uma importante oportunidade para ampliar a qualidade da educação em Lagoão.

Entretanto, sua expansão deve ocorrer de forma planejada, considerando a capacidade financeira do município, a infraestrutura existente, a disponibilidade de profissionais qualificados e as necessidades da população.

A implementação dessa política exige integração entre planejamento pedagógico, gestão administrativa e financiamento educacional.

CAUSAS CRÍTICAS

Entre os principais fatores que influenciam a expansão da Educação Integral destacam-se:

- limitações de infraestrutura escolar;
- necessidade de ampliação do financiamento;
- desafios relacionados ao transporte escolar;
- necessidade de reorganização curricular;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- formação continuada dos profissionais;
- disponibilidade de espaços pedagógicos;
- articulação entre escola e comunidade;
- monitoramento permanente dos indicadores educacionais.

RECOMENDAÇÕES

Para fortalecer a Educação em Tempo Integral em Lagoão recomenda-se:

1. Elaborar plano municipal de expansão da Educação Integral alinhado ao PME.
2. Priorizar escolas com maior demanda social para ampliação da jornada escolar.
3. Buscar recursos por meio de programas federais e estaduais destinados à Educação Integral.
4. Investir na ampliação e modernização da infraestrutura escolar.
5. Fortalecer a formação continuada dos profissionais envolvidos.
6. Desenvolver projetos pedagógicos integrados à realidade local, valorizando a agricultura familiar, a cultura regional e a educação ambiental.
7. Monitorar continuamente os indicadores de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes atendidos.
8. Avaliar periodicamente os resultados da política de Educação Integral, promovendo ajustes sempre que necessário.

SÍNTESE DOS INDICADORES OFICIAIS E COMPLEMENTARES INCORPORADOS

Nesta versão foram incorporados os registros concretos disponíveis sobre a oferta de tempo integral. Para o monitoramento contínuo, recomenda-se manter atualizados os seguintes indicadores:

- Matrículas em tempo integral por etapa de ensino (Censo Escolar/INEP).
- Percentual de estudantes atendidos em tempo integral.
- Número de escolas que ofertam Educação Integral.
- Evolução histórica das matrículas em tempo integral.
- Comparativo entre Lagoão, Rio Grande do Sul e Brasil.
- Relação entre Educação Integral, rendimento escolar e IDEB.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica**.
- Ministério da Educação. **Programa Escola em Tempo Integral**.
- Plano Municipal de Educação de Lagoão/RS.

7. EDUCAÇÃO DIGITAL, INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

PROBLEMA

A incorporação das tecnologias digitais ao processo de ensino e aprendizagem constitui um dos principais desafios da educação contemporânea. No município de Lagoão/RS, a consolidação da Educação Digital depende da ampliação da infraestrutura tecnológica das escolas, da garantia de conectividade adequada, da disponibilização de equipamentos, da formação continuada dos professores e da integração das tecnologias ao currículo escolar, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023). Embora tenham ocorrido avanços na ampliação do acesso à internet e aos recursos digitais, ainda existem desafios relacionados à desigualdade de acesso, especialmente em escolas localizadas em áreas rurais, e à utilização pedagógica das tecnologias de forma crítica, ética e inovadora.

ANÁLISE DESCRITIVA

A transformação digital da sociedade modificou profundamente as formas de comunicação, produção do conhecimento e acesso à informação. Nesse cenário, a escola assume papel fundamental na formação de estudantes capazes de utilizar as tecnologias digitais de maneira crítica, responsável e criativa.

A Política Nacional de Educação Digital estabelece diretrizes para promover o acesso equitativo às tecnologias, fortalecer a cultura digital e desenvolver competências relacionadas ao pensamento computacional, à cidadania digital e ao uso ético das tecnologias.

Em Lagoão, a implementação dessas políticas deve considerar as especificidades do município, especialmente a predominância de comunidades rurais, que podem apresentar desafios adicionais quanto à conectividade e ao acesso a equipamentos tecnológicos.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Educação Digital está fundamentada em diversos dispositivos legais, entre eles:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Lei nº 14.533/2023 – Política Nacional de Educação Digital (PNED);
- Plano Nacional de Educação (PNE);
- Plano Municipal de Educação de Lagoão.

Esses documentos reconhecem a importância da cultura digital como competência essencial para a formação dos estudantes e para o exercício pleno da cidadania.

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

TABELA – COBERTURA DE INFRAESTRUTURA NAS UNIDADES MUNICIPAIS CONSULTADAS

Indicador	Unidades confirmadas	Cobertura
Internet	7/7	100,0%
Banda larga	7/7	100,0%
Computadores	7/7	100,0%
Laboratório de informática	5/7	71,4%
Acessibilidade	6/7	85,7%
Refeitório	6/7	85,7%

Internet, banda larga e computadores aparecem nas sete unidades municipais com ficha detalhada consultada. Laboratório de informática foi confirmado em cinco (71,4%), enquanto acessibilidade e refeitório aparecem em seis (85,7%). Isso diferencia acesso à conectividade de disponibilidade de ambientes tecnológicos específicos.

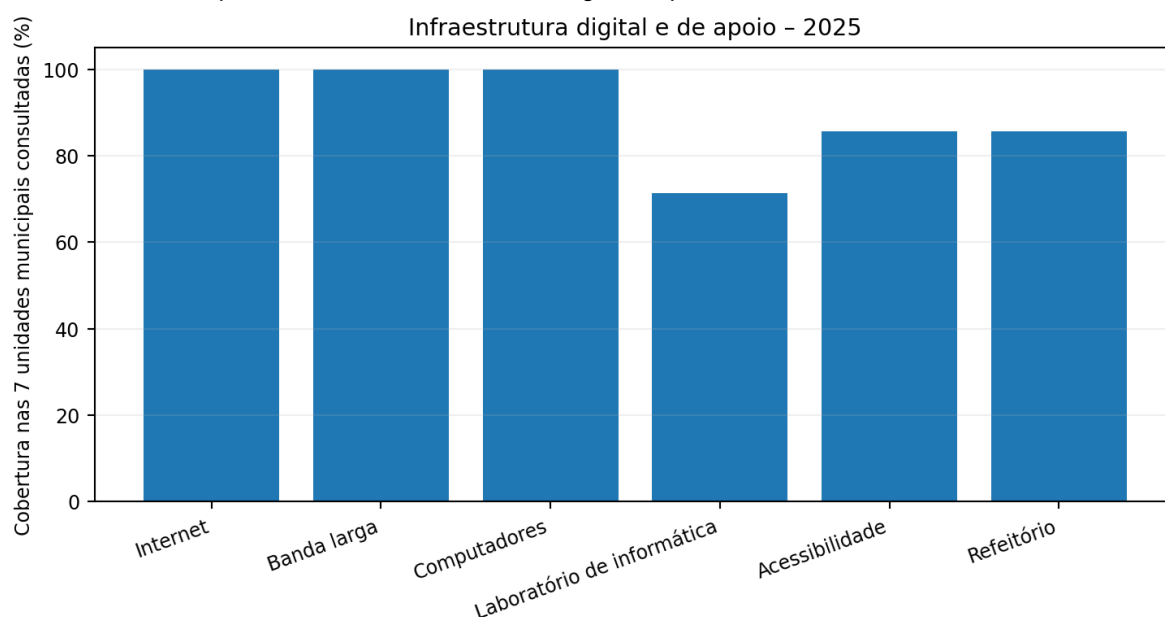


Gráfico 20 – Infraestrutura digital e de apoio nas unidades municipais – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, fichas escolares consultadas; elaboração própria.

QUADRO MUNICIPAL DE CONECTIVIDADE

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Indicador municipal	Resultado
Escolas registradas no município	9
Matrículas em 2025	927
Escolas com internet	100% das 9 escolas, segundo agregação dos microdados do Censo Escolar 2025
Unidades municipais detalhadas analisadas	7
Laboratório de informática nas 7 municipais	5 unidades (71,4%)

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025. Agregação municipal e fichas escolares organizadas a partir dos microdados públicos.

Diani Franceschet Nunes
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



CONECTIVIDADE E RECURSOS DIGITAIS

Nas sete escolas municipais com detalhamento individual consultado, internet, banda larga e computadores aparecem em todas as unidades; laboratório de informática foi confirmado em cinco. Isso indica cobertura de conectividade, mas ainda há espaço para ampliar ambientes específicos de tecnologia e fortalecer o uso pedagógico dos equipamentos.

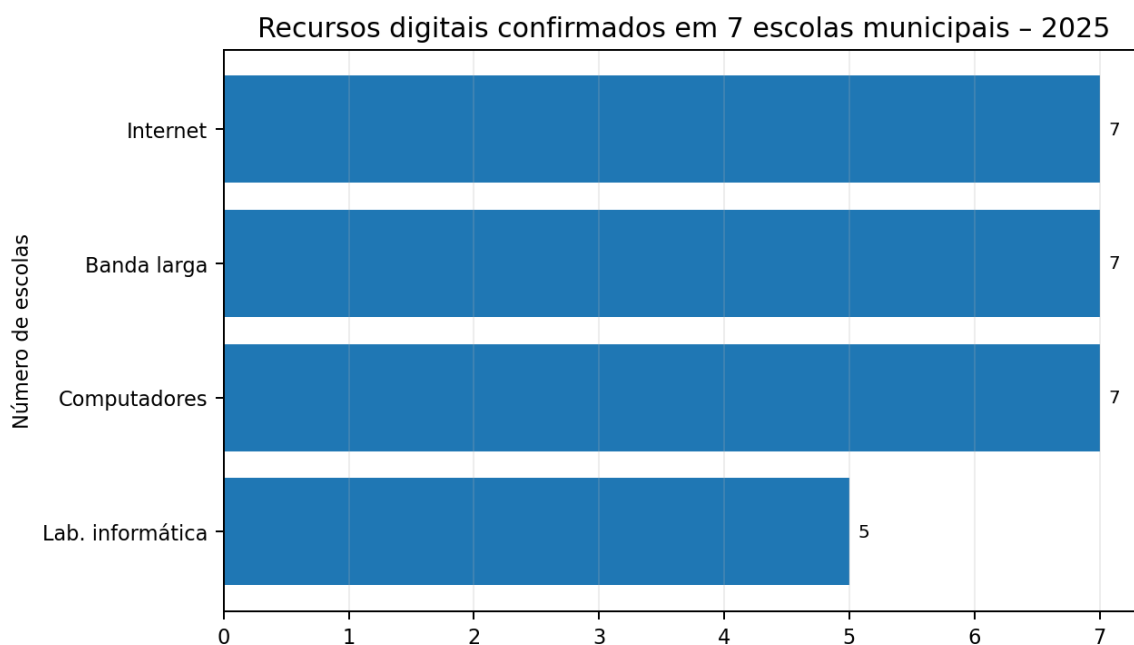


Gráfico 11 – Recursos digitais confirmados nas escolas municipais consultadas – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, fichas escolares organizadas pelo portal Escolas do Brasil.

A consolidação da Educação Digital exige infraestrutura tecnológica adequada nas instituições de ensino.

Entre os principais aspectos a serem monitorados destacam-se:

- acesso à internet banda larga;
- qualidade da conexão;
- computadores para uso pedagógico;
- notebooks e tablets;
- projetores multimídia;
- lousas digitais;
- laboratórios de informática;
- redes Wi-Fi nas escolas;
- manutenção dos equipamentos tecnológicos.

O Censo Escolar do INEP disponibiliza informações que permitem acompanhar a evolução desses indicadores nas redes de ensino.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



CULTURA DIGITAL E CURRÍCULO

A BNCC estabelece a Cultura Digital como uma das competências gerais da Educação Básica, incentivando o uso das tecnologias como ferramenta para investigação, comunicação, produção de conhecimento e resolução de problemas.

Nesse contexto, recomenda-se que as escolas promovam práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento de competências como:

- pesquisa e seleção de informações;
- produção de conteúdos digitais;
- pensamento computacional;
- programação educacional;
- robótica;
- resolução de problemas;
- colaboração em ambientes virtuais;
- uso ético e seguro da internet.

A integração dessas competências ao currículo contribui para preparar os estudantes para os desafios da sociedade contemporânea.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

A utilização pedagógica das tecnologias depende diretamente da formação dos profissionais da educação.

É recomendável que o município fortaleça programas de formação continuada voltados para:

- metodologias ativas mediadas por tecnologias;
- plataformas educacionais;
- produção de materiais digitais;
- avaliação em ambientes virtuais;
- inteligência artificial aplicada à educação;
- recursos educacionais digitais;
- segurança digital;
- inclusão digital.

A formação permanente favorece a inovação pedagógica e amplia as possibilidades de aprendizagem.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



TECNOLOGIAS E INCLUSÃO

As tecnologias digitais também desempenham papel fundamental na promoção da educação inclusiva.

Recursos como leitores de tela, ampliadores de texto, sintetizadores de voz, softwares de comunicação alternativa e dispositivos adaptados ampliam as possibilidades de participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Assim, recomenda-se que as escolas ampliem progressivamente a utilização de tecnologias assistivas, garantindo acessibilidade pedagógica e digital.

CIDADANIA DIGITAL

A utilização das tecnologias deve ser acompanhada pelo desenvolvimento de competências relacionadas à cidadania digital.

Entre os principais temas destacam-se:

- segurança na internet;
- proteção de dados pessoais;
- combate ao cyberbullying;
- ética nas redes sociais;
- uso responsável da inteligência artificial;
- respeito aos direitos autorais;
- combate à desinformação;
- educação midiática.

Esses conteúdos fortalecem a formação cidadã e contribuem para a utilização consciente das tecnologias.

DESAFIOS DO CONTEXTO RURAL

Em municípios como Lagoão, a implementação da Educação Digital apresenta desafios específicos relacionados à cobertura de internet, manutenção dos equipamentos e formação tecnológica dos profissionais.

Além disso, a distância entre as comunidades rurais e os centros urbanos exige planejamento para garantir que todas as escolas tenham condições equivalentes de acesso às tecnologias.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Programas governamentais voltados à conectividade escolar representam importantes oportunidades para superar essas desigualdades.

MONITORAMENTO DOS INDICADORES

O acompanhamento da Educação Digital pode ser realizado por meio de indicadores como:

- percentual de escolas com acesso à internet;
- velocidade média de conexão;
- disponibilidade de computadores por estudante;
- laboratórios de informática;
- equipamentos multimídia;
- formação dos professores em tecnologias digitais;
- utilização pedagógica dos recursos tecnológicos;
- acesso dos estudantes às plataformas educacionais.

Esses indicadores subsidiam o planejamento das ações voltadas à transformação digital da educação municipal.

ANÁLISE CRÍTICA

A Educação Digital representa uma oportunidade estratégica para ampliar a qualidade da educação em Lagoão.

Contudo, sua consolidação depende de investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica, conectividade, formação docente e inovação pedagógica.

A utilização das tecnologias deve estar orientada por objetivos educacionais claros, favorecendo aprendizagens significativas, inclusão, criatividade e protagonismo estudantil.

CAUSAS CRÍTICAS

Entre os principais desafios identificados destacam-se:

- necessidade de ampliação da conectividade escolar;
- modernização dos equipamentos tecnológicos;
- manutenção permanente da infraestrutura digital;
- formação continuada dos professores;
- fortalecimento da cultura digital nas escolas;
- redução das desigualdades de acesso entre áreas urbanas e rurais;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- ampliação do uso de tecnologias assistivas;
- integração das tecnologias ao currículo escolar.

RECOMENDAÇÕES

Para fortalecer a Educação Digital em Lagoão recomenda-se:

1. Elaborar um Plano Municipal de Transformação Digital da Educação.
2. Ampliar a conectividade em todas as escolas da rede municipal.
3. Modernizar periodicamente os equipamentos tecnológicos.
4. Investir em laboratórios de informática e dispositivos móveis para uso pedagógico.
5. Fortalecer programas permanentes de formação docente em tecnologias educacionais.
6. Incorporar o pensamento computacional e a cultura digital ao currículo escolar.
7. Expandir o uso de tecnologias assistivas para estudantes da Educação Especial.
8. Monitorar anualmente os indicadores de infraestrutura tecnológica do Censo Escolar.

SÍNTESE DOS INDICADORES OFICIAIS E COMPLEMENTARES INCORPORADOS

Nesta versão foram incorporados dados concretos de infraestrutura e conectividade das unidades consultadas. Para o monitoramento contínuo, recomenda-se manter atualizados os seguintes indicadores:

- Percentual de escolas com acesso à internet.
- Escolas com banda larga.
- Laboratórios de informática.
- Computadores disponíveis para estudantes.
- Equipamentos multimídia.
- Conectividade das escolas rurais.
- Formação docente em tecnologias digitais.
- Comparativos entre Lagoão, Rio Grande do Sul e Brasil.

Esses indicadores poderão ser obtidos por meio do **Censo Escolar do INEP**, da **Estratégia Nacional de Escolas Conectadas** e de outros painéis oficiais do Ministério da Educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- BRASIL. Lei nº 14.533/2023 – Política Nacional de Educação Digital.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica.**
- Ministério da Educação. **Estratégia Nacional de Escolas Conectadas.**
- Plano Municipal de Educação de Lagoão/RS.

PARTE 8

8. EDUCAÇÃO DO CAMPO

PROBLEMA

A Educação do Campo desempenha papel estratégico no desenvolvimento social, econômico e cultural do município de Lagoão/RS, cuja organização territorial apresenta predominância de comunidades rurais e significativa participação da agricultura familiar. O principal desafio consiste em assegurar uma educação de qualidade que respeite as especificidades do meio rural, garantindo igualdade de oportunidades educacionais, permanência dos estudantes na escola, valorização da identidade cultural local e acesso aos recursos pedagógicos necessários para o desenvolvimento integral dos educandos.

Embora o município possua tradição na oferta da Educação do Campo, persistem desafios relacionados ao transporte escolar, manutenção das escolas rurais, formação continuada dos professores, integração entre currículo e realidade local, conectividade e redução das desigualdades entre escolas urbanas e rurais.

ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação do Campo constitui modalidade educacional voltada ao atendimento das populações que vivem e trabalham em áreas rurais, reconhecendo suas especificidades culturais, econômicas, sociais e ambientais.

Em Lagoão, a forte presença da agricultura familiar influencia diretamente a organização da rede escolar. As escolas localizadas nas comunidades rurais desempenham importante função social, contribuindo para a formação cidadã, a permanência das famílias no campo e o fortalecimento do desenvolvimento local.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



A legislação brasileira estabelece que a Educação do Campo deve respeitar as características próprias das comunidades rurais, valorizando seus conhecimentos, modos de vida, cultura e atividades produtivas.

Nesse contexto, torna-se essencial desenvolver práticas pedagógicas contextualizadas que aproximem os conteúdos escolares da realidade vivenciada pelos estudantes.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Educação do Campo está fundamentada em diversos instrumentos legais:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Referencial Curricular Gaúcho (RCG);
- Plano Nacional de Educação (PNE);
- Plano Municipal de Educação de Lagoão.

Esses documentos asseguram que os sistemas de ensino promovam uma educação que considere as especificidades das populações do campo, respeitando seus direitos e fortalecendo sua identidade cultural.

O CONTEXTO DE LAGOÃO

TABELA – REDE RURAL E PESO DO ATENDIMENTO NO CAMPO (2025)

Escola rural	Matrículas
Otaviano Paixão Coelho	194
São Salvador	114
Barão do Rio Branco	85
Nossa Senhora da Consolação	51
Fernão Dias	35
Total rural	479

Cinco das nove escolas do município estão em área rural e concentram 479 matrículas (51,7% do total de 927). As escolas urbanas concentram 448 matrículas (48,3%). Esse equilíbrio evidencia que transporte, conectividade e manutenção das unidades do campo não são políticas periféricas, mas estruturais para Lagoão.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

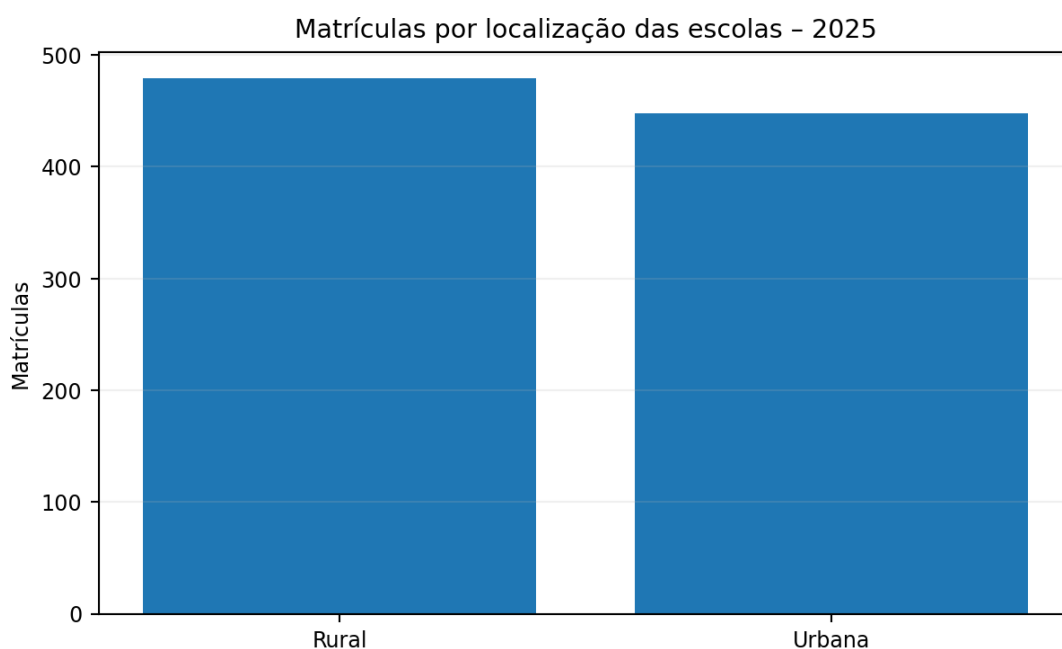


Gráfico 21 – Matrículas por localização das escolas – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025; elaboração própria.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS DO TERRITÓRIO

Indicador	Resultado	Referência
Área territorial	387,453 km ²	IBGE, 2025
População – Censo 2022	5.341 habitantes	IBGE
População estimada 2025	5.421 habitantes	IBGE
Densidade demográfica	13,78 hab./km ²	IBGE, 2022
Escolarização de 6 a 14 anos	97,14%	IBGE, 2022
População de 15 anos ou mais não alfabetizada	15,0%	Caderno RS no Censo – Educação, 2022

O Caderno 'RS no Censo – Educação' lista Lagoão com 15,0% da população de 15 anos ou mais não alfabetizada em 2022, um percentual elevado no contexto estadual. Em 2025, a Prefeitura abriu chamamento do Programa Brasil Alfabetizado para moradores urbanos e rurais com 15 anos ou mais, com inscrições também em quatro escolas-polo municipais, aulas presenciais três vezes por semana, duração de 12 meses e carga mínima de 600 horas.

Fontes: IBGE – Cidades e Estados, Lagoão/RS; Governo do RS – Caderno RS no Censo: Educação; Prefeitura de Lagoão – Edital de Chamamento Público nº 001/2025.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



DIMENSÃO TERRITORIAL DA EDUCAÇÃO

Das nove unidades de ensino registradas no município em 2025, cinco estão localizadas na zona rural e quatro na zona urbana. As escolas rurais concentram 479 matrículas, frente a 448 nas urbanas. A proximidade entre os totais de matrículas mostra que o atendimento rural tem peso estrutural na política educacional de Lagoão.

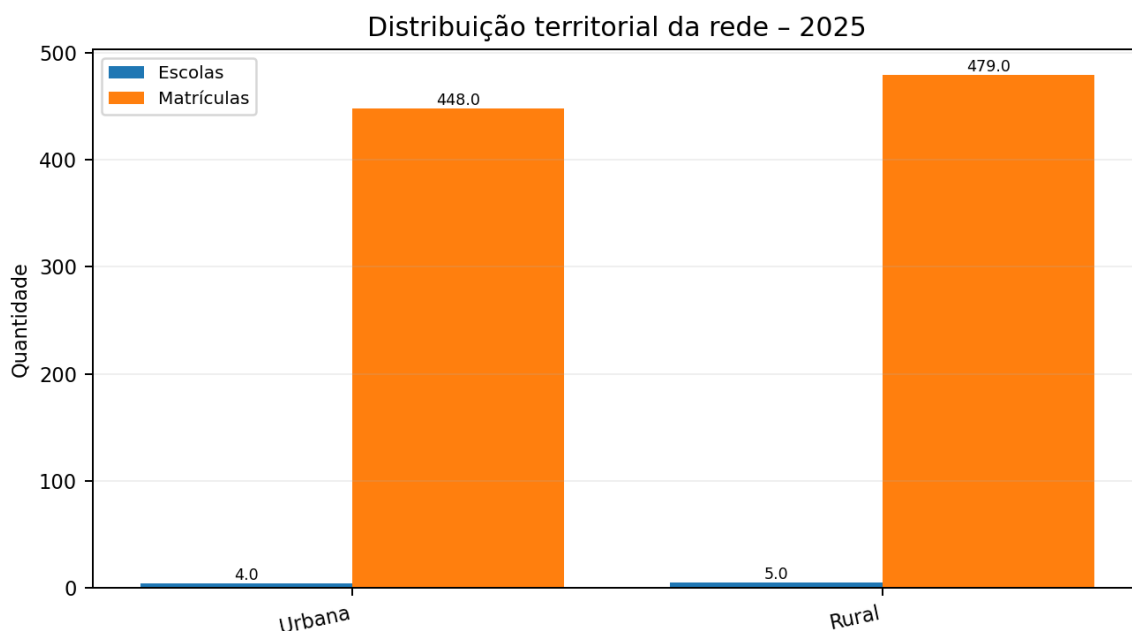


Gráfico 12 – Escolas e matrículas por localização – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, dados escolares organizados pelo portal Escolas do Brasil.

Lagoão possui características predominantemente rurais, com significativa participação da agricultura familiar na economia municipal.

Essa realidade exige que as políticas educacionais estejam articuladas com o contexto local, promovendo práticas pedagógicas relacionadas a temas como:

- agricultura familiar;
- sustentabilidade;
- preservação ambiental;
- cooperativismo;
- produção agrícola;
- recursos hídricos;
- empreendedorismo rural;
- cultura regional.

A valorização desses temas fortalece a aprendizagem significativa e amplia o vínculo entre escola e comunidade.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte escolar representa uma das principais políticas públicas para garantia do acesso à Educação do Campo.

As grandes distâncias entre as comunidades rurais e as escolas tornam indispensável a manutenção de rotas eficientes, veículos adequados e planejamento permanente.

Entre os principais desafios destacam-se:

- conservação das estradas rurais;
- tempo de deslocamento dos estudantes;
- condições climáticas;
- manutenção da frota escolar;
- otimização das rotas.

A qualidade do transporte escolar influencia diretamente a frequência, a permanência e o desempenho dos estudantes.

CURRÍCULO CONTEXTUALIZADO

A Educação do Campo pressupõe a construção de um currículo que dialogue com a realidade vivenciada pelos estudantes.

Nesse sentido, recomenda-se o desenvolvimento de projetos relacionados a:

- produção agrícola;
- matemática aplicada à agricultura;
- educação financeira rural;
- tecnologias agrícolas;
- conservação do solo;
- agroecologia;
- cooperativismo;
- história e cultura local;
- empreendedorismo rural.

Essas ações favorecem aprendizagens contextualizadas e fortalecem o protagonismo dos estudantes.

INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS DO CAMPO

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



As escolas rurais necessitam de investimentos permanentes em infraestrutura para assegurar condições adequadas de funcionamento.

Entre os principais aspectos destacam-se:

- manutenção predial;
- abastecimento de água;
- energia elétrica;
- acesso à internet;
- laboratórios de informática;
- bibliotecas;
- acessibilidade;
- equipamentos tecnológicos;
- espaços esportivos.

A melhoria contínua da infraestrutura contribui para reduzir desigualdades entre escolas urbanas e rurais.

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Os professores que atuam na Educação do Campo desempenham papel fundamental na construção de práticas pedagógicas contextualizadas.

Recomenda-se fortalecer programas de formação continuada voltados para:

- educação contextualizada;
- metodologias ativas;
- interdisciplinaridade;
- educação ambiental;
- tecnologias educacionais;
- desenvolvimento sustentável;
- educação inclusiva;
- valorização da cultura local.

A formação permanente amplia a qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas rurais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Considerando o perfil econômico de Lagoão, a Educação Ambiental deve ocupar posição de destaque nas práticas escolares.

Projetos voltados à preservação dos recursos naturais, gestão sustentável da propriedade rural, recuperação de nascentes, manejo do solo e preservação da biodiversidade fortalecem a formação cidadã e contribuem para o desenvolvimento sustentável do município.

TECNOLOGIA NO CAMPO

A expansão da conectividade nas escolas rurais representa importante oportunidade para reduzir desigualdades educacionais.

A utilização de tecnologias digitais possibilita:

- acesso a recursos educacionais digitais;
- formação continuada dos professores;
- desenvolvimento de projetos científicos;
- utilização de plataformas educacionais;
- aproximação entre estudantes e novas tecnologias.

Programas governamentais voltados à conectividade escolar poderão fortalecer significativamente essas iniciativas.

ANÁLISE CRÍTICA

A Educação do Campo constitui elemento estratégico para o desenvolvimento de Lagoão.

Sua consolidação depende da integração entre políticas educacionais, desenvolvimento rural, infraestrutura, transporte escolar, formação docente e valorização das comunidades locais.

A construção de uma educação contextualizada fortalece a identidade dos estudantes e amplia as oportunidades de desenvolvimento econômico e social do município.

CAUSAS CRÍTICAS

Os principais fatores que influenciam a Educação do Campo em Lagoão incluem:

- dispersão geográfica das comunidades rurais;
- necessidade permanente de manutenção do transporte escolar;
- desafios relacionados à conectividade;
- necessidade de atualização da infraestrutura escolar;
- formação continuada dos professores;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- fortalecimento da educação contextualizada;
- ampliação das políticas de permanência escolar;
- valorização da agricultura familiar e da cultura local.

RECOMENDAÇÕES

Para fortalecer a Educação do Campo em Lagoão recomenda-se:

1. Elaborar um plano específico para fortalecimento da Educação do Campo.
2. Manter investimentos contínuos no transporte escolar rural.
3. Expandir a conectividade nas escolas do campo.
4. Desenvolver projetos pedagógicos voltados à agricultura familiar, sustentabilidade e empreendedorismo rural.
5. Fortalecer programas de formação continuada para professores das escolas rurais.
6. Modernizar a infraestrutura física e tecnológica das escolas.
7. Estimular parcerias com a EMATER, cooperativas, universidades e instituições de pesquisa.
8. Monitorar continuamente os indicadores da Educação do Campo no Censo Escolar.

SÍNTESE DOS INDICADORES OFICIAIS E COMPLEMENTARES INCORPORADOS

Nesta versão foram incorporados dados concretos sobre escolas e matrículas rurais. Para o monitoramento contínuo, recomenda-se manter atualizados:

- Número de escolas localizadas em áreas rurais.
- Matrículas da Educação do Campo por etapa de ensino.
- Número de estudantes atendidos pelo transporte escolar.
- Número de docentes atuantes nas escolas rurais.
- Infraestrutura das escolas do campo (internet, bibliotecas, laboratórios, acessibilidade).
- Evolução das matrículas da Educação do Campo.
- Comparativos entre Lagoão, Rio Grande do Sul e Brasil.

A atualização desses indicadores deve continuar sendo realizada a partir do Censo Escolar/INEP, IBGE, Plano Municipal de Educação e demais sistemas oficiais do Ministério da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo representa uma das principais políticas públicas para o desenvolvimento sustentável de Lagoão/RS. Sua consolidação exige investimentos contínuos em infraestrutura,

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



transporte escolar, formação docente, inovação pedagógica e integração entre escola e comunidade.

Ao valorizar a realidade rural e a agricultura familiar, o município fortalece não apenas a qualidade da educação, mas também sua identidade cultural, o desenvolvimento econômico local e a permanência das famílias no campo. O monitoramento sistemático dos indicadores oficiais permitirá avaliar a efetividade das políticas implementadas e orientar a tomada de decisões pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica.**
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados – Lagoão/RS.**
- Plano Municipal de Educação de Lagoão/RS.
- Referencial Curricular Gaúcho (RCG).

PARTE 9

9. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROBLEMA

A consolidação da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva constitui um dos principais desafios da política educacional do município de Lagoão/RS. Embora a legislação brasileira assegure o direito de todos os estudantes à educação em classes comuns do ensino regular, permanecem desafios relacionados à ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), à acessibilidade física e pedagógica, à formação continuada dos profissionais da educação, à disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e ao fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



O crescimento das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial observado nos últimos anos demonstra a necessidade de planejamento permanente para garantir atendimento de qualidade, assegurando equidade, participação e aprendizagem para todos os estudantes.

ANÁLISE DESCRITIVA

DISTRIBUIÇÃO DOS REGISTROS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A soma dos registros de Educação Especial apresentados nas fichas escolares totaliza 90 em 2025. A maior concentração aparece na E.E. Tomas Garcia da Costa (26), seguida por São Salvador (17), Otaviano Paixão Coelho (16) e Barão do Rio Branco (13). Os demais registros distribuem-se entre as outras unidades.

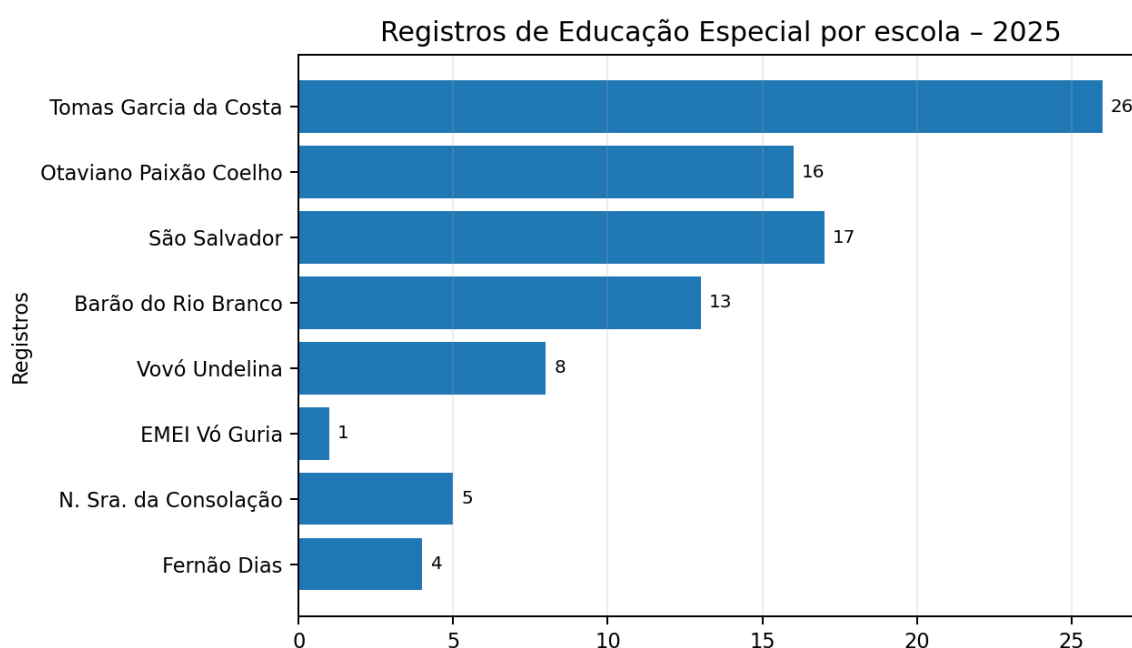


Gráfico 13 – Registros de Educação Especial por escola – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, fichas escolares organizadas pelo portal Escolas do Brasil.

Nota: Educação Especial é modalidade transversal; esses registros não constituem uma etapa adicional a ser somada às 927 matrículas totais.

A Educação Especial é uma modalidade transversal que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica, destinada aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que esses estudantes devem ser matriculados, preferencialmente, nas classes comuns do ensino regular, recebendo apoio complementar por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



No município de Lagoão, a política de inclusão escolar representa importante compromisso da gestão educacional, buscando garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes em igualdade de oportunidades.

Conforme os dados do Censo Escolar, observa-se em todo o país um crescimento contínuo das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial, tendência que também deve ser monitorada no contexto municipal.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Educação Especial está fundamentada nos seguintes instrumentos legais:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015);
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;
- Decreto nº 7.611/2011;
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Plano Nacional de Educação;
- Plano Municipal de Educação de Lagoão.

Esses documentos asseguram o direito dos estudantes à educação inclusiva, vedando qualquer forma de discriminação e promovendo igualdade de oportunidades.

MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

TABELA – REGISTROS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL POR UNIDADE (2025)

Unidade	Registros
Tomas Garcia da Costa	26
São Salvador	17
Otaviano Paixão Coelho	16
Barão do Rio Branco	13
Vovó Undelina	8
Nossa Senhora da Consolação	5
Fernão Dias	4
EMEI Vó Guria	1
Total	90

Os 90 registros estão distribuídos em oito unidades. A maior concentração está na E.E. Tomas Garcia da Costa (26), seguida por São Salvador (17), Otaviano Paixão Coelho (16) e Barão do Rio Branco (13). Como a Educação Especial é transversal, esses registros não devem ser somados às 927 matrículas da Educação Básica como se constituíssem uma etapa separada.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

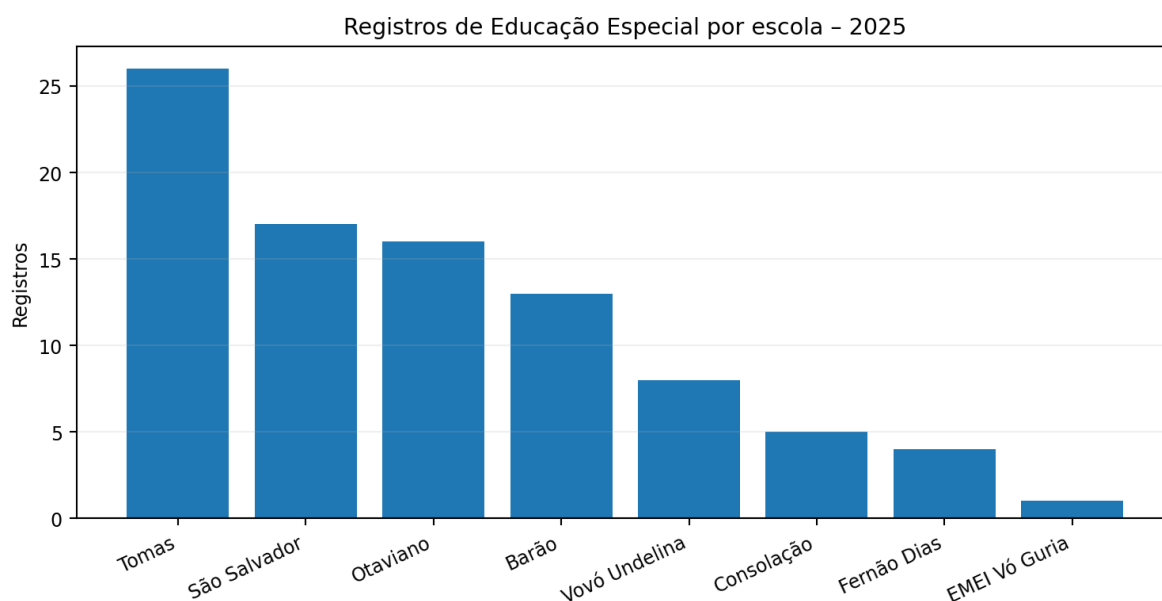


Gráfico 22 – Registros de Educação Especial por escola – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, fichas escolares consultadas; elaboração própria.

ACESSIBILIDADE E ESTRUTURA DE APOIO

Unidade/recorte	Evidência concreta
7 escolas municipais detalhadas	6 com acessibilidade declarada (85,7%).
Centro Atendimento Especial Lagoão	Internet, banda larga, biblioteca, laboratório de informática, computadores, refeitório, cozinha, alimentação escolar e acessibilidade declarados.
Fernão Dias	Acessibilidade não declarada na ficha de infraestrutura 2025.

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, fichas escolares consultadas; Centro Atendimento Especial Lagoão, código INEP 43296238.

O acompanhamento das matrículas constitui importante indicador para o planejamento da política de inclusão.

Nesta versão foram incorporados os dados concretos localizados para o município. Para o monitoramento contínuo, recomenda-se manter atualizados os seguintes indicadores:

- número de matrículas da Educação Especial;
- evolução histórica das matrículas;
- estudantes atendidos em classes comuns;
- estudantes atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado;
- distribuição por etapa de ensino;
- comparativo entre Lagoão, Rio Grande do Sul e Brasil.

Esses indicadores serão obtidos a partir do Censo Escolar do INEP.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado constitui serviço complementar à escolarização e tem como objetivo eliminar barreiras que dificultam o processo de ensino e aprendizagem.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Entre suas principais atribuições destacam-se:

- elaboração de estratégias pedagógicas individualizadas;
- produção e adaptação de materiais didáticos;
- utilização de tecnologias assistivas;
- orientação aos professores da classe comum;
- desenvolvimento da autonomia dos estudantes;
- articulação com as famílias.

A ampliação e o fortalecimento do AEE representam ações prioritárias para a consolidação da educação inclusiva no município.

ACESSIBILIDADE

A inclusão escolar depende da eliminação de diferentes tipos de barreiras.

Entre os principais aspectos relacionados à acessibilidade destacam-se:

Acessibilidade arquitetônica

- rampas;
- corrimãos;
- sanitários adaptados;
- pisos táteis;
- sinalização acessível.

Acessibilidade pedagógica

- adaptação curricular;
- flexibilização das avaliações;
- materiais acessíveis;
- comunicação alternativa;
- recursos didáticos adaptados.

Acessibilidade tecnológica

- softwares leitores de tela;
- sintetizadores de voz;
- teclados adaptados;
- ampliadores de tela;
- equipamentos de tecnologia assistiva.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A formação continuada constitui elemento essencial para o fortalecimento das práticas inclusivas.

Recomenda-se ampliar programas voltados para:

- educação inclusiva;
- transtorno do espectro autista;
- deficiência intelectual;
- deficiência física;
- deficiência visual;
- deficiência auditiva;
- altas habilidades/superdotação;
- elaboração de Plano Educacional Individualizado (PEI);
- avaliação inclusiva;
- tecnologias assistivas.

A qualificação permanente dos profissionais favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e efetivas.

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

As tecnologias assistivas ampliam significativamente as possibilidades de aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Entre os principais recursos destacam-se:

- softwares acessíveis;
- comunicação alternativa;
- pranchas de comunicação;
- recursos de audiodescrição;
- materiais ampliados;
- equipamentos adaptados;
- dispositivos móveis acessíveis.

O investimento nesses recursos fortalece a autonomia dos estudantes e amplia sua participação nas atividades escolares.

PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

A construção de uma educação inclusiva depende da participação efetiva das famílias.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



É recomendável fortalecer:

- reuniões pedagógicas;
- acompanhamento individualizado;
- orientação às famílias;
- participação no planejamento educacional;
- integração entre escola, saúde e assistência social.

Essa articulação favorece o desenvolvimento integral dos estudantes.

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

A Educação Especial exige atuação integrada entre diferentes políticas públicas.

Destacam-se as parcerias com:

- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Conselho Tutelar;
- APAEs e instituições especializadas;
- universidades;
- equipes multiprofissionais.

Essa articulação amplia o suporte oferecido aos estudantes e suas famílias.

ANÁLISE CRÍTICA

A política de Educação Especial em Lagoão apresenta avanços importantes na garantia do direito à educação inclusiva.

Entretanto, o crescimento das matrículas exige investimentos permanentes na ampliação do Atendimento Educacional Especializado, formação docente, acessibilidade e aquisição de tecnologias assistivas.

O fortalecimento dessas políticas contribuirá para assegurar condições de aprendizagem equitativas e promover uma escola cada vez mais inclusiva.

CAUSAS CRÍTICAS

Entre os principais desafios identificados destacam-se:

- crescimento contínuo das matrículas da Educação Especial;
- necessidade de ampliação do Atendimento Educacional Especializado;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- fortalecimento da formação continuada dos profissionais;
- adequação da infraestrutura física das escolas;
- ampliação dos recursos de tecnologia assistiva;
- integração entre educação, saúde e assistência social;
- acompanhamento individualizado dos estudantes;
- monitoramento permanente dos indicadores do Censo Escolar.

RECOMENDAÇÕES

Para fortalecer a Educação Especial em Lagoão recomenda-se:

1. Ampliar progressivamente a oferta do Atendimento Educacional Especializado.
2. Atualizar continuamente a infraestrutura de acessibilidade das escolas.
3. Investir na aquisição de tecnologias assistivas.
4. Fortalecer programas permanentes de formação continuada em educação inclusiva.
5. Elaborar e acompanhar Planos Educacionais Individualizados (PEI) quando necessários.
6. Intensificar a articulação entre educação, saúde e assistência social.
7. Monitorar anualmente os indicadores da Educação Especial do Censo Escolar.
8. Fortalecer a participação das famílias no processo educacional.

SÍNTESE DOS INDICADORES OFICIAIS E COMPLEMENTARES INCORPORADOS

Na versão final deste diagnóstico deverão ser apresentados os seguintes indicadores oficiais:

- Número de matrículas da Educação Especial.
- Evolução histórica das matrículas.
- Matrículas por tipo de deficiência.
- Matrículas em classes comuns.
- Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- Número de salas de recursos multifuncionais.
- Escolas com acessibilidade arquitetônica.
- Escolas com recursos de tecnologia assistiva.
- Comparativo entre Lagoão, Rio Grande do Sul e Brasil.

A atualização desses dados deve continuar sendo realizada por meio do Censo Escolar/INEP, dos painéis de indicadores educacionais e de outras bases oficiais do Ministério da Educação.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representa um compromisso permanente com a construção de uma escola democrática, equitativa e acessível. No município de Lagoão, o fortalecimento das políticas inclusivas deve estar orientado pelo monitoramento dos indicadores oficiais, pelo investimento em infraestrutura, pela valorização dos profissionais da educação e pela atuação integrada entre diferentes políticas públicas.

A consolidação dessas ações contribuirá para garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo o desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- BRASIL. Decreto nº 7.611/2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica.**
- Plano Municipal de Educação de Lagoão/RS.
- Referencial Curricular Gaúcho (RCG).

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



PARTE 10

9. GESTÃO DEMOCRÁTICA, PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

ORGANIZAÇÃO DA REDE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Em 2025, oito das nove unidades registradas em Lagoão pertencem à rede municipal e uma à rede estadual. Essa configuração evidencia a centralidade da gestão municipal na oferta e reforça a importância do Conselho Municipal de Educação, do planejamento da Secretaria e da articulação permanente com a rede estadual.

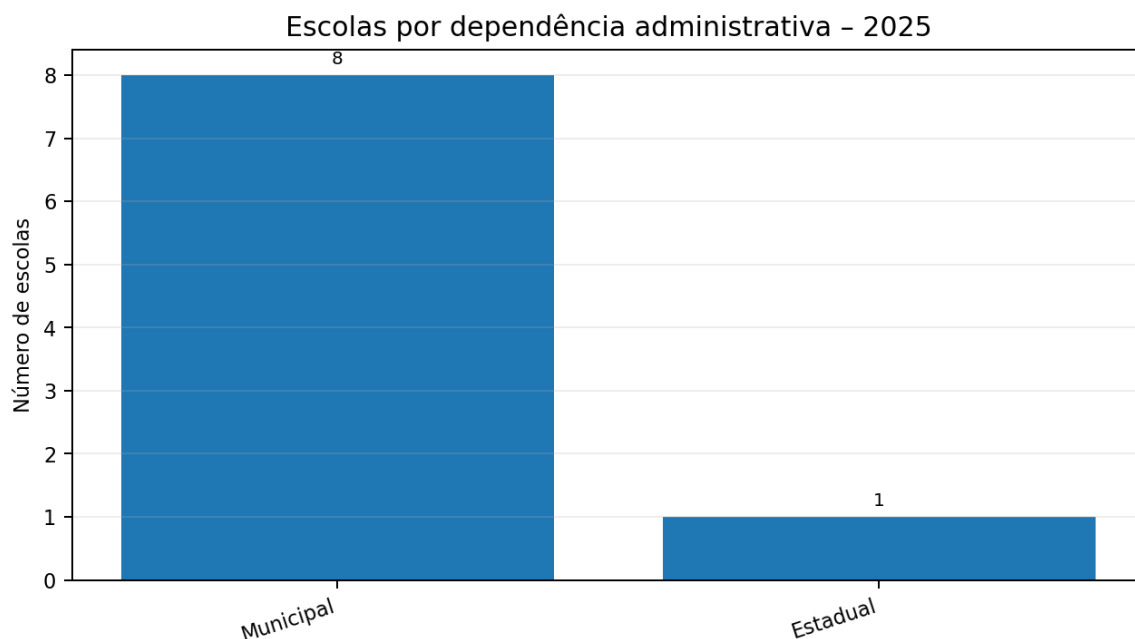


Gráfico 14 – Número de escolas por dependência administrativa – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, dados escolares organizados pelo portal Escolas do Brasil.

PROBLEMA

A consolidação de uma gestão democrática representa um dos pilares fundamentais para a melhoria da qualidade da educação pública. No município de Lagoão/RS, o fortalecimento dos processos de participação social, planejamento estratégico, transparência, avaliação institucional e gestão baseada em evidências constitui desafio permanente para assegurar que as políticas educacionais atendam às necessidades da comunidade escolar e contribuam para o alcance das metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação (PME).

Embora o município possua mecanismos de participação e acompanhamento das políticas públicas educacionais, torna-se necessário fortalecer continuamente a atuação dos conselhos, ampliar os espaços de participação da comunidade escolar e consolidar uma cultura de monitoramento sistemático dos indicadores educacionais.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



ANÁLISE DESCRITIVA

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelecem a gestão democrática como princípio da educação pública brasileira. Esse princípio pressupõe a participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais.

Em Lagoão, a gestão democrática deve ser compreendida como um processo contínuo de construção coletiva, envolvendo gestores escolares, professores, estudantes, famílias, conselhos municipais e demais instituições parceiras.

A adoção de práticas participativas fortalece a transparência administrativa, amplia a corresponsabilidade pelos resultados educacionais e contribui para a melhoria da qualidade do ensino.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A gestão democrática está fundamentada nos seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação;
- Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul;
- Plano Municipal de Educação de Lagoão;
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Esses instrumentos reconhecem a participação da comunidade escolar como elemento essencial para a consolidação de sistemas educacionais democráticos e eficientes.

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

O planejamento educacional constitui ferramenta indispensável para orientar as ações da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares.

Entre os principais instrumentos de planejamento destacam-se:

- Plano Municipal de Educação (PME);
- Plano Plurianual (PPA);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA);

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- Projeto Político-Pedagógico (PPP);
- Plano de Gestão Escolar;
- Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação.

A articulação entre esses instrumentos favorece maior coerência entre as políticas públicas e as necessidades da rede municipal de ensino.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico representa o principal documento orientador da organização pedagógica das escolas.

Sua elaboração deve ocorrer de forma participativa, envolvendo:

- equipe diretiva;
- professores;
- estudantes;
- famílias;
- funcionários;
- Conselho Escolar;
- comunidade local.

O PPP deve contemplar:

- diagnóstico da realidade escolar;
- objetivos institucionais;
- organização curricular;
- estratégias pedagógicas;
- avaliação da aprendizagem;
- metas de melhoria da qualidade educacional.

CONSELHOS E ÓRGÃOS COLEGIADOS

QUADRO – INSTRUMENTOS E EVIDÊNCIAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Instrumento/evidência	Dado concreto	Função no diagnóstico
Plano Municipal de Educação	Lei Municipal nº 1.439/2015; documento municipal registra horizonte 2015–2025.	Planejamento e monitoramento das metas educacionais.
Sistema Municipal de Ensino	Lei Municipal nº 1.530/2021, citada pelo CME no Parecer nº 01/2024.	Base normativa para atuação do sistema e do CME.
Conselho Municipal de Educação	Parecer CME/Lagoão nº 01/2024 aprovou a Política Municipal de Educação em Tempo Integral.	Atuação normativa, consultiva e de acompanhamento.
CACS-FUNDEB	Portaria Municipal nº 148/2025; mandato informado de 18/03/2025 a 31/12/2029.	Acompanhamento, controle e fiscalização dos recursos do FUNDEB.
Conselho de Alimentação Escolar	Atuação citada em instrumento municipal de execução do PNAE.	Controle social da alimentação escolar.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Rede escolar 2025	8 escolas municipais e 1 estadual.	Demonstra predominância da responsabilidade municipal e necessidade de articulação interfederativa.
-------------------	------------------------------------	---

A Portaria Municipal nº 148/2025 recompõe o CACS-FUNDEB para o período indicado no ato e explicita representação do Executivo, professores, diretores, servidores técnico-administrativos, pais de alunos e Conselho Municipal de Educação. Isso constitui evidência objetiva de instância formal de controle social.

Fontes: Prefeitura/CME de Lagoão; Diário Oficial dos Municípios do RS (Parecer CME nº 01/2024 e Portaria nº 148/2025); Plano Municipal de Educação.

A participação social é fortalecida por meio da atuação dos diferentes órgãos colegiados existentes no sistema municipal de ensino.

Entre eles destacam-se:

- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho do FUNDEB;
- Conselho de Alimentação Escolar;
- Conselhos Escolares;
- Associação de Pais e Mestres (APM);
- Grêmios Estudantis (quando existentes).

Essas instâncias exercem importante papel na fiscalização, no acompanhamento das políticas públicas e na promoção da transparência da gestão educacional.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional constitui instrumento estratégico para identificar potencialidades e desafios das unidades escolares.

Essa avaliação deve considerar aspectos relacionados a:

- gestão pedagógica;
- gestão administrativa;
- clima escolar;
- infraestrutura;
- participação da comunidade;
- desempenho dos estudantes;
- inclusão escolar;
- formação docente.

Os resultados obtidos subsidiam o planejamento de ações voltadas à melhoria contínua da qualidade da educação.

GESTÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



A utilização de indicadores educacionais oficiais fortalece a tomada de decisões pela gestão pública.

Entre os principais indicadores destacam-se:

- matrículas;
- fluxo escolar;
- aprovação;
- reprovação;
- abandono;
- distorção idade-série;
- IDEB;
- SAEB;
- Censo Escolar;
- indicadores financeiros;
- indicadores de infraestrutura.

A análise sistemática desses dados permite estabelecer prioridades, definir metas e monitorar a efetividade das políticas educacionais.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

A transparência constitui princípio essencial da administração pública.

Nesse sentido, recomenda-se ampliar a divulgação de informações relacionadas a:

- indicadores educacionais;
- aplicação dos recursos públicos;
- metas do Plano Municipal de Educação;
- resultados das avaliações externas;
- investimentos em infraestrutura;
- programas educacionais.

A disponibilização dessas informações fortalece o controle social e amplia a confiança da comunidade nas políticas públicas.

FORMAÇÃO DOS GESTORES

A melhoria da gestão educacional depende da qualificação permanente dos gestores escolares e das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Recomenda-se fortalecer programas de formação voltados para:

- gestão educacional;
- liderança escolar;
- planejamento estratégico;
- avaliação institucional;
- legislação educacional;
- gestão financeira;
- análise de indicadores;
- gestão de pessoas;
- inovação na gestão pública.

A valorização da formação dos gestores contribui para maior eficiência administrativa e melhores resultados educacionais.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A qualidade da educação está diretamente relacionada ao envolvimento da comunidade escolar.

Entre as estratégias recomendadas destacam-se:

- assembleias escolares;
- audiências públicas;
- consultas à comunidade;
- reuniões periódicas;
- participação nos conselhos;
- fortalecimento da comunicação institucional.

A construção coletiva das políticas educacionais amplia o compromisso de todos com a melhoria da educação municipal.

ANÁLISE CRÍTICA

Lagoão apresenta condições favoráveis para fortalecer uma gestão educacional baseada na participação, na transparência e na utilização de evidências.

Entretanto, a consolidação desse modelo exige investimentos contínuos em planejamento estratégico, formação dos gestores, fortalecimento dos conselhos, monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação e utilização sistemática dos indicadores produzidos pelos órgãos oficiais.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



A gestão democrática deve ser compreendida como elemento central para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais sustentáveis e de longo prazo.

CAUSAS CRÍTICAS

Os principais desafios relacionados à gestão democrática incluem:

- necessidade de fortalecimento da participação social;
- monitoramento contínuo das metas do Plano Municipal de Educação;
- utilização sistemática dos indicadores oficiais;
- fortalecimento dos Conselhos Escolares;
- formação continuada dos gestores;
- integração entre planejamento pedagógico e planejamento financeiro;
- ampliação da transparência pública;
- fortalecimento da cultura de avaliação institucional.

RECOMENDAÇÕES

Para fortalecer a gestão democrática em Lagoão recomenda-se:

1. Atualizar periodicamente o Plano Municipal de Educação com base em indicadores oficiais.
2. Fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Educação e dos Conselhos Escolares.
3. Implantar um sistema permanente de monitoramento das metas educacionais.
4. Ampliar a divulgação pública dos indicadores educacionais.
5. Desenvolver programas de formação continuada para gestores escolares.
6. Fortalecer a elaboração participativa dos Projetos Político-Pedagógicos.
7. Utilizar os resultados do SAEB, IDEB, SAERS e Censo Escolar como instrumentos permanentes de planejamento.
8. Promover avaliações institucionais periódicas em todas as unidades escolares.

SÍNTESE DOS INDICADORES OFICIAIS E COMPLEMENTARES INCORPORADOS

Nesta versão foram incorporadas evidências concretas de organização da rede e dos mecanismos de participação e controle social. Para o monitoramento contínuo, recomenda-se manter atualizados os seguintes indicadores:

- Situação de monitoramento do Plano Municipal de Educação.
- Evolução das metas do PME.
- Indicadores do Censo Escolar.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- IDEB por etapa de ensino.
- Indicadores do SAEB e do SAERS.
- Dados sobre Conselhos Escolares e Conselho Municipal de Educação.
- Execução de programas educacionais federais e estaduais.
- Indicadores financeiros da educação (FUNDEB, MDE e demais fontes).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática constitui um elemento estruturante para a consolidação de uma educação pública de qualidade. No município de Lagoão, o fortalecimento da participação social, do planejamento estratégico e da gestão baseada em evidências contribuirá para maior eficiência administrativa, transparência na aplicação dos recursos públicos e melhoria contínua dos indicadores educacionais.

O monitoramento permanente das metas do Plano Municipal de Educação, aliado à utilização sistemática dos dados oficiais produzidos pelo INEP, MEC e demais órgãos governamentais, permitirá o aperfeiçoamento das políticas públicas e a tomada de decisões fundamentadas em evidências, fortalecendo o compromisso do município com uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica**.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Normativas e programas de financiamento da educação.
- Plano Municipal de Educação de Lagoão/RS.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- Referencial Curricular Gaúcho (RCG).

PARTE 11

11. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E INVESTIMENTOS

PROBLEMA

O financiamento da educação pública constitui um dos principais pilares para a garantia do direito à educação de qualidade. No município de Lagoão/RS, o desafio consiste em assegurar a aplicação eficiente, transparente e sustentável dos recursos públicos destinados à educação, garantindo o cumprimento dos percentuais constitucionais de investimento, a adequada execução dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a ampliação dos investimentos em infraestrutura, formação de professores, transporte escolar, alimentação escolar e inovação pedagógica.

Embora o município receba recursos provenientes de diferentes fontes de financiamento, torna-se essencial fortalecer os mecanismos de planejamento financeiro, monitoramento dos investimentos e avaliação dos resultados obtidos.

ANÁLISE DESCRITIVA

DIMENSÃO DA RESPONSABILIDADE MUNICIPAL NO ATENDIMENTO

A rede municipal responde por 598 das 927 matrículas registradas nas escolas do município (aproximadamente 64.5%), enquanto a rede estadual responde por 329 (35.5%). Embora esse gráfico não substitua os indicadores financeiros do SIOPE/FNDE, ele demonstra a escala da responsabilidade municipal que deve orientar o planejamento de custeio, pessoal, transporte, alimentação, manutenção e investimentos.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Matrículas por dependência administrativa – 2025

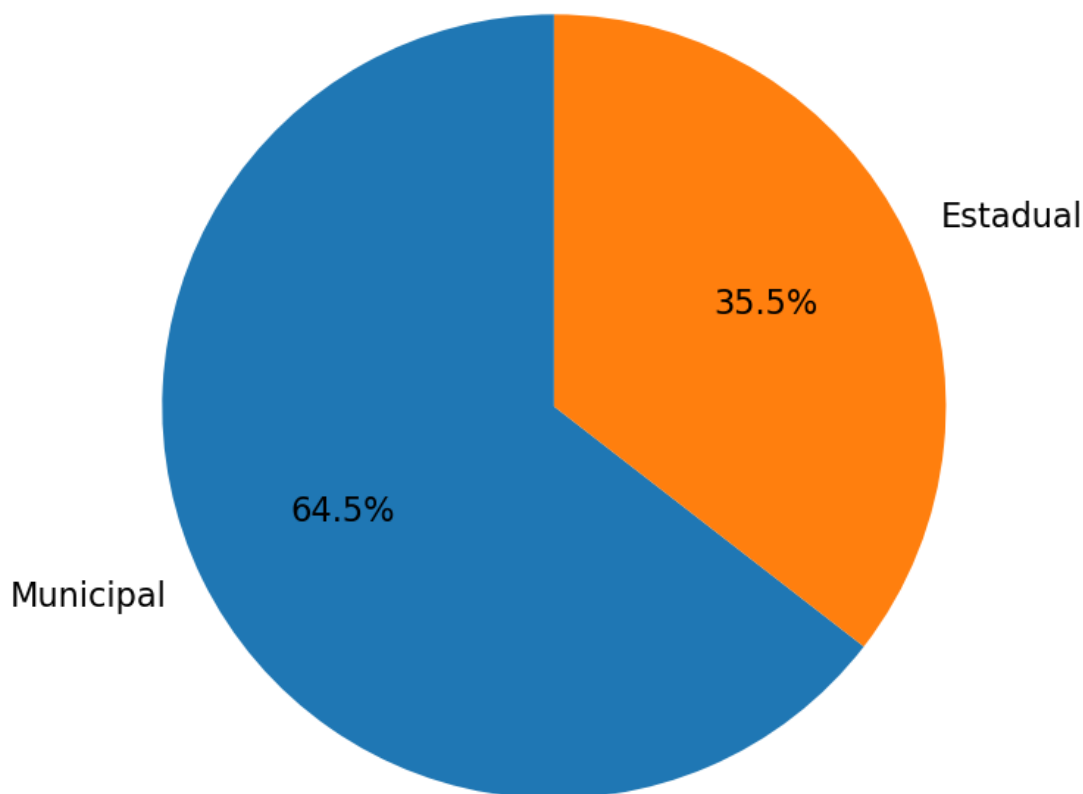


Gráfico 15 – Matrículas por dependência administrativa – 2025

Fonte: Censo Escolar/INEP 2025, dados escolares organizados pelo portal Escolas do Brasil.

Nota: valores monetários do SIOPE/FNDE não foram inseridos sem uma extração oficial estável; a versão preserva a recomendação de complementar o capítulo com execução orçamentária oficial.

A Constituição Federal estabelece que os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Além desse percentual constitucional, a educação municipal é financiada por diferentes fontes, destacando-se:

- recursos próprios do município;
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE);
- Salário-Educação;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- convênios estaduais;
- programas do Ministério da Educação;
- emendas parlamentares;
- outras transferências voluntárias.

A correta aplicação desses recursos possibilita o fortalecimento da qualidade da educação e a ampliação dos investimentos na rede municipal de ensino.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O financiamento da educação está regulamentado por diversos instrumentos legais:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Emenda Constitucional nº 108/2020;
- Lei nº 14.113/2020 (Novo FUNDEB);
- Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação;
- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000);
- Plano Municipal de Educação de Lagoão.

Esses instrumentos estabelecem critérios para aplicação dos recursos públicos, transparência e controle social.

O FUNDEB

TABELA – RECEITA PREVISTA DO FUNDEB PARA LAGOÃO

Ano	Contribuição/Fundo	Complementação VAAR	Receita total prevista
2025	R\$ 7.139.325,08	R\$ 175.506,51	R\$ 7.314.831,59
2026	R\$ 7.178.531,73	R\$ 408.427,20	R\$ 7.586.958,93

Entre as publicações de 2025 e 2026, a receita total prevista do FUNDEB para Lagoão passa de R\$ 7,315 milhões para R\$ 7,587 milhões, crescimento nominal aproximado de 3,7%. A complementação VAAR aumenta de R\$ 175,5 mil para R\$ 408,4 mil, reforçando a importância dos indicadores de gestão, equidade e resultados educacionais.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



FUNDEB – receita total prevista de Lagoão

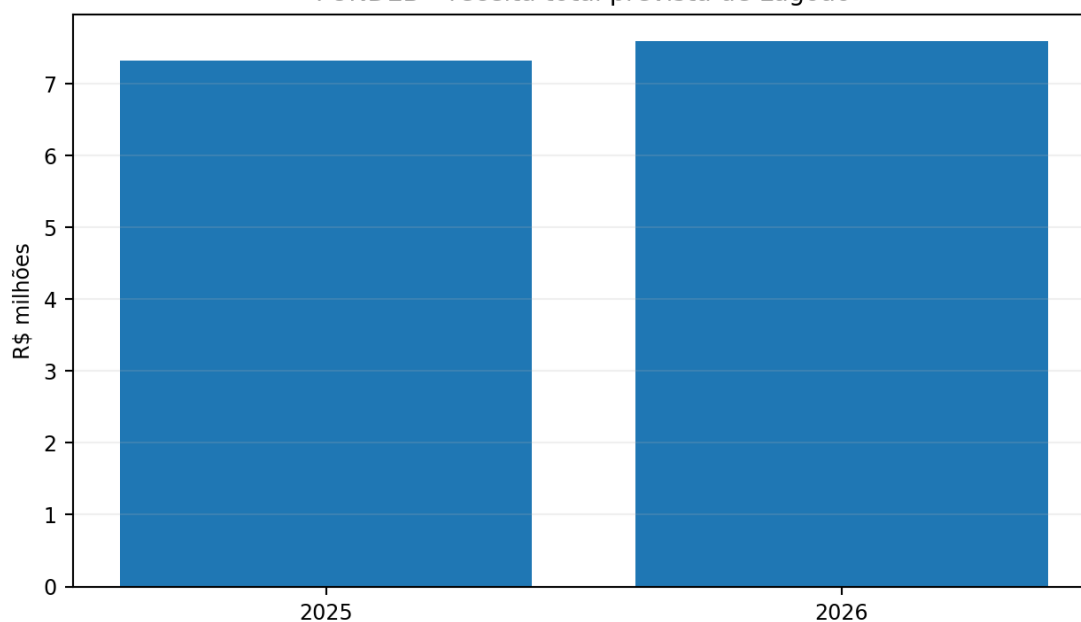


Gráfico 23 – Receita total prevista do FUNDEB – 2025 e 2026

Fonte: FNDE – Portarias e demonstrativos do FUNDEB 2025 e 2026; elaboração própria.

VAAT 2025

Indicador	Lagoão
VAAT informado	R\$ 8.729,23
VAAT-MIN informado	R\$ 8.729,23
Complementação VAAT	Sem valor de complementação na tabela (0,00%)

Fonte: FNDE – Demonstrativo da Complementação da União-VAAT, Portaria Interministerial MEC/MF nº 4, de 30 abr. 2025.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) representa a principal fonte de financiamento da educação básica pública.

Os recursos do FUNDEB destinam-se, principalmente, a:

- remuneração dos profissionais da educação;
- manutenção das escolas;
- aquisição de materiais pedagógicos;
- investimentos em infraestrutura;
- transporte escolar;
- ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino.

A legislação determina que, no mínimo, 70% dos recursos anuais do FUNDEB sejam destinados ao pagamento dos profissionais da educação em efetivo exercício.

INVESTIMENTOS NA REDE MUNICIPAL

Os investimentos educacionais devem contemplar diferentes áreas estratégicas.

Entre elas destacam-se:

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



Infraestrutura Escolar

- construção e ampliação de escolas;
- reformas e manutenção predial;
- acessibilidade;
- laboratórios;
- bibliotecas;
- equipamentos tecnológicos.

Recursos Pedagógicos

- materiais didáticos;
- livros;
- equipamentos educacionais;
- tecnologias digitais;
- laboratórios móveis.

Valorização dos Profissionais

- formação continuada;
- capacitações;
- programas de desenvolvimento profissional.

Transporte Escolar

- renovação da frota;
- manutenção dos veículos;
- otimização das rotas;
- segurança dos estudantes.

Alimentação Escolar

- aquisição de alimentos;
- fortalecimento da agricultura familiar;
- melhoria da qualidade nutricional da merenda escolar.

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

SALÁRIO-EDUCAÇÃO – DADOS FINANCEIROS CONCRETOS

Indicador	Valor
Total efetivamente distribuído em 2024	R\$ 335.724,49
Quota anual estimada para 2025	R\$ 364.175,22
Repasses acumulados jan.–ago. 2025	R\$ 228.617,72
Percentual do valor anual estimado já distribuído até agosto	62,8%

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



A estimativa anual de 2025 é 8,5% superior ao total distribuído em 2024. Até agosto de 2025, o FNDE registrava R\$ 228,6 mil repassados ao município.

Mês 2025	Repasso do Salário-Educação
Jan	R\$ 28.741,55
Fev	R\$ 28.686,59
Mar	R\$ 28.414,81
Abr	R\$ 28.348,19
Mai	R\$ 29.213,97
Jun	R\$ 30.196,89
Jul	R\$ 27.596,25
Ago	R\$ 27.419,47

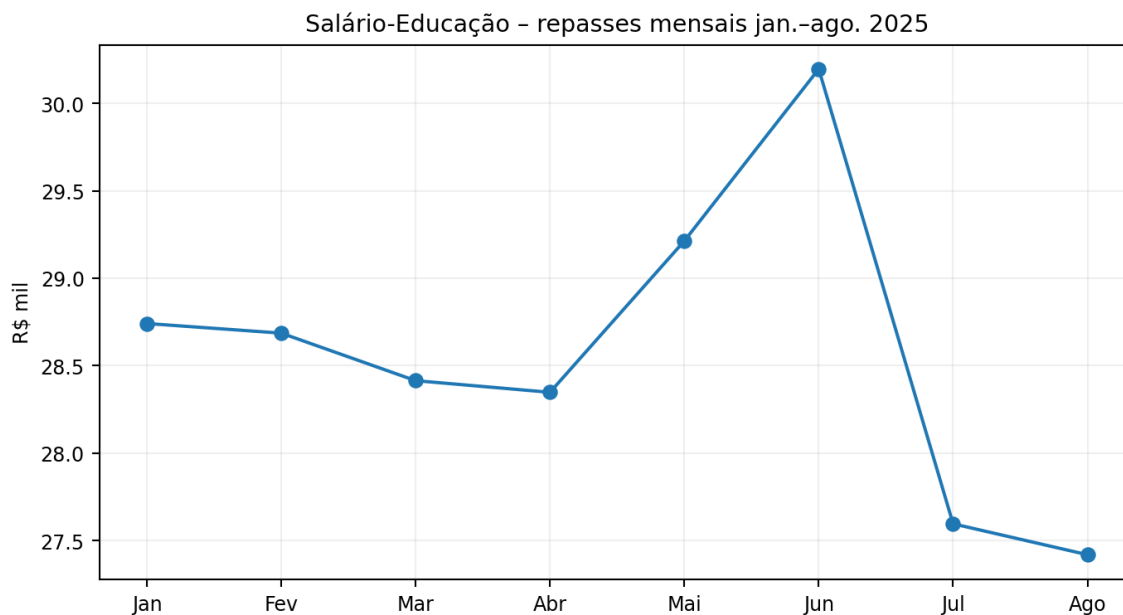


Gráfico 24 – Repasses mensais do Salário-Educação – janeiro a agosto de 2025

Fonte: FNDE – Distribuição Mensal do Salário-Educação 2025; elaboração própria.

Fonte adicional: FNDE – Anexo II da Portaria QSE 2025, que registra 631 matrículas ponderadas/quantitativo de referência e quota anual estimada de R\$ 364.175,22 para Lagoão.

A gestão eficiente dos recursos exige integração entre os instrumentos de planejamento governamental.

Destacam-se:

- Plano Plurianual (PPA);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Plano Municipal de Educação (PME);
- Plano de Ações Articuladas (PAR), quando vigente.

O alinhamento entre esses instrumentos favorece maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



CONTROLE SOCIAL

O acompanhamento da aplicação dos recursos públicos é realizado por diferentes órgãos de controle.

Entre eles destacam-se:

- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
- Conselho de Alimentação Escolar (CAE);
- Câmara Municipal de Vereadores;
- Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul;
- Ministério Público;
- Controladoria Interna do Município.

Essas instituições exercem papel fundamental na fiscalização da correta utilização dos recursos públicos.

TRANSPARÊNCIA

A transparência na gestão financeira fortalece a confiança da sociedade e amplia o controle social.

Recomenda-se divulgar periodicamente:

- receitas da educação;
- despesas executadas;
- investimentos realizados;
- prestação de contas do FUNDEB;
- execução das metas do Plano Municipal de Educação;
- indicadores financeiros da educação.

A ampla divulgação dessas informações fortalece a gestão democrática e o acompanhamento pela comunidade.

EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A melhoria da qualidade da educação depende não apenas do volume de recursos investidos, mas também da eficiência de sua aplicação.

Nesse sentido, recomenda-se priorizar investimentos relacionados a:

- aprendizagem dos estudantes;
- valorização dos profissionais;

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- infraestrutura escolar;
- inovação pedagógica;
- educação inclusiva;
- educação digital;
- transporte escolar;
- alimentação escolar.

A adoção de critérios técnicos para definição das prioridades contribui para maior efetividade das políticas públicas.

ANÁLISE CRÍTICA

O município de Lagoão possui importante responsabilidade na gestão dos recursos públicos destinados à educação.

A consolidação de uma política de financiamento eficiente depende do planejamento integrado, do fortalecimento da transparência, da atuação dos conselhos de controle social e da utilização dos indicadores educacionais como instrumentos para definição das prioridades de investimento.

O monitoramento permanente dos resultados obtidos permitirá maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e contribuirá para a melhoria da qualidade da educação municipal.

CAUSAS CRÍTICAS

Entre os principais desafios relacionados ao financiamento da educação destacam-se:

- necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura;
- manutenção da qualidade do transporte escolar;
- modernização tecnológica das escolas;
- fortalecimento da formação continuada dos profissionais;
- crescimento das demandas da Educação Especial;
- expansão da Educação em Tempo Integral;
- necessidade de maior integração entre planejamento financeiro e planejamento pedagógico;
- monitoramento permanente da execução orçamentária.

RECOMENDAÇÕES

Para fortalecer o financiamento da educação em Lagoão recomenda-se:

1. Monitorar continuamente a aplicação dos recursos vinculados à educação.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



2. Garantir o cumprimento dos percentuais constitucionais de investimento.
3. Fortalecer a atuação do Conselho do FUNDEB e do Conselho de Alimentação Escolar.
4. Ampliar a transparência das informações financeiras.
5. Priorizar investimentos em infraestrutura, formação docente e inovação pedagógica.
6. Buscar novos recursos por meio de programas federais e estaduais.
7. Integrar planejamento financeiro e planejamento pedagógico.
8. Avaliar periodicamente a efetividade dos investimentos realizados.

SÍNTESE DOS INDICADORES OFICIAIS E COMPLEMENTARES INCORPORADOS

Nesta versão foram incorporados os dados concretos localizados para o município. Para o monitoramento contínuo, recomenda-se manter atualizados os seguintes indicadores:

- Receita total destinada à educação.
- Percentual constitucional aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).
- Recursos recebidos do FUNDEB.
- Aplicação dos recursos do FUNDEB.
- Investimentos por estudante.
- Recursos destinados ao transporte escolar.
- Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- Indicadores do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE).
- Comparativos entre Lagoão, Rio Grande do Sul e Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento do financiamento da educação representa condição indispensável para a implementação das políticas educacionais previstas no Plano Municipal de Educação. Em Lagoão, a utilização eficiente dos recursos públicos, aliada ao planejamento estratégico, ao controle social e à transparência administrativa, contribuirá para ampliar a qualidade da educação e assegurar melhores condições de ensino e aprendizagem.

A análise permanente dos indicadores financeiros permitirá maior racionalidade na tomada de decisões e favorecerá a construção de políticas públicas sustentáveis, capazes de responder às demandas atuais e futuras da rede municipal de ensino.

REFERÊNCIAS

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 108/2020.
- BRASIL. Lei nº 14.113/2020 – Regulamenta o FUNDEB.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE).
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).
- Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS).
- Plano Municipal de Educação de Lagoão/RS.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS E BASES DE DADOS CONSULTADAS – COMPLEMENTAÇÃO 2026

Complementação desta revisão: foram consultados o Painel e as planilhas do SAEB/INEP 2023; o Portal SAERS/Fundação Vunesp; Indicadores Educacionais e Censo Escolar/INEP; IBGE Cidades e Estados; Caderno RS no Censo – Educação; atos oficiais da Prefeitura/CME de Lagoão; e demonstrativos financeiros oficiais do FNDE para FUNDEB, VAAT e Salário-Educação. Os dados do SAERS 2025 não foram tratados como definitivos, pois o próprio portal Vunesp os identifica como preliminares e condiciona sua visualização a login.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2025. Microdados e indicadores educacionais. Brasília: INEP, 2025/2026.

BRASIL. INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2023. Resultados divulgados em 2024; página de resultados atualizada pelo INEP.

BRASIL. INEP. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2023 e Indicadores Educacionais de fluxo escolar.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



IBGE. Cidades e Estados – Lagoão/RS. Código 4311254. População do Censo 2022: 5.341 habitantes; estimativa 2025: 5.421 habitantes; escolarização de 6 a 14 anos: 97,14% (2022).

LAGOÃO. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Plano de Trabalho Anual – PTA 2026.

LAGOÃO. Decreto Municipal nº 2.244, de 2 de maio de 2024. Diretrizes para implementação da Política de Educação em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino.

LAGOÃO. Lei Municipal nº 1.418/2019. Plano Municipal de Educação – estratégias relacionadas à educação em tempo integral e demais metas municipais.

POWER BI. Painel público de indicadores educacionais informado pela Secretaria Municipal de Educação:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>

ESCOLAS DO BRASIL. Lagoão/RS – Censo Escolar 2025. Portal independente que organiza microdados públicos do Censo Escolar/INEP. Utilizado para consulta escolar individual quando a visualização interativa do painel não permitiu extração estável.

NOTA METODOLÓGICA SOBRE O POWER BI

O painel Power BI indicado foi utilizado como referência de navegação. Como a interface pública é interativa e, nesta sessão, não forneceu uma extração textual estável de todos os filtros, os gráficos que não puderam ser capturados diretamente foram reconstruídos com dados pesquisados nas bases oficiais do INEP/IBGE e em fichas que organizam os microdados do Censo Escolar. Em cada gráfico foi mantida a indicação da fonte e do ano.

Diani Franceschet Nunes

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto